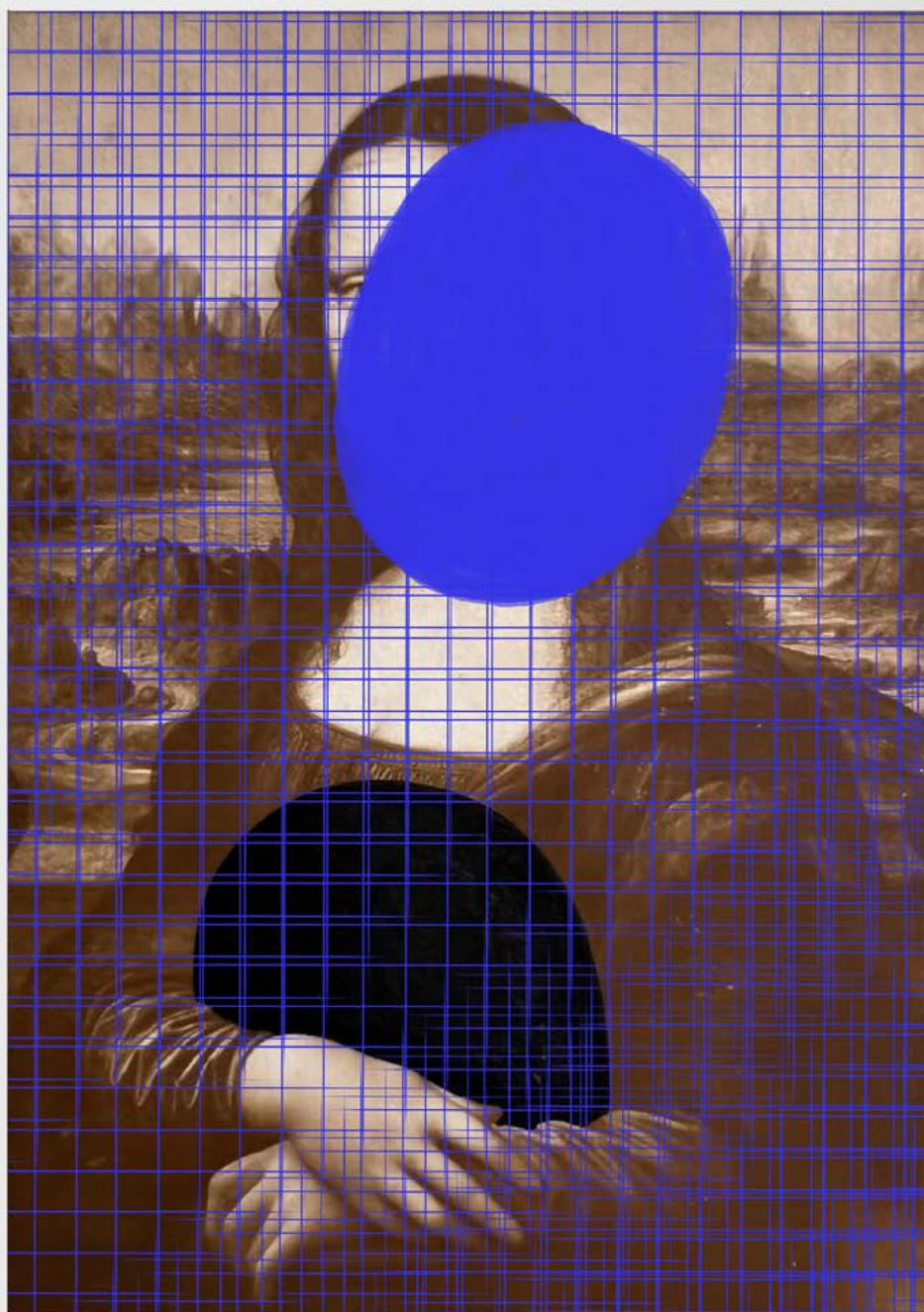


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Especialização local, acompanhamento internacional 25 anos de consultoria contabilística e fiscal personalizada

Acompanhamos empresários, investidores e particulares na sua instalação e desenvolvimento em Portugal, com segurança fiscal, clareza financeira e soluções à medida. Combinamos um profundo conhecimento local com uma visão internacional, transformando a complexidade administrativa e fiscal portuguesa numa oportunidade estratégica.

Tem um projeto em Portugal? Fale connosco



p/ 06 e 07.

AILD — eventos que dão rosto e voz à lusofonia no mundo. Por Cláudia Branco
Somos Milhões... Por Gilda Pereira, Vice-presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
Portugal Nação Global

p/ 30.

IDI Seminário Diplomático
Por Francisco Oliveira

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 36.

CCP Timor-leste na ASEAN. Ameaça ou oportunidade para a língua portuguesa?
Por Filipe Silva

p/ 44.

Artes & Artistas Lusos
Christophe Fonseca

p/ 72.

Pela Lente de Henrique Manuel Botelho
Por Arquivo Municipal de Lisboa

Obra de capa

Artista Plástico: Manuel Casimiro

Dimensões: 140 x 96

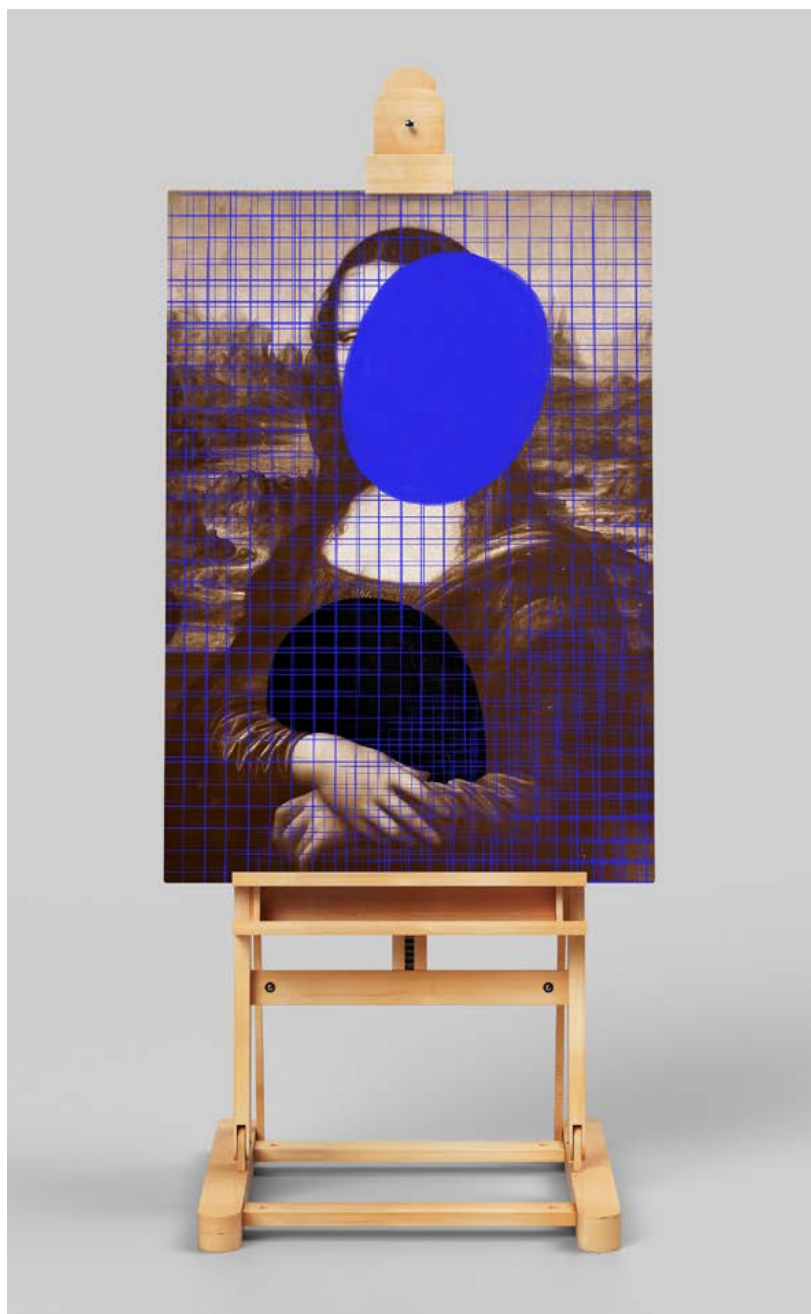
Técnica: Pintura Digital

Intervenção Casimiriana na Mona Lisa

Mona Lisa revisitada

Se o acto de pintar se pode traduzir por uma espécie de organização em volta de uma suposta criação, de algo não-existente, que, todavia, teimou pela mão do artista em aparecer na superfície do mundo do visível, a recriação da criação, pega nessa existência original e eleva-a ao quadrado: criação². Nesse sentido, podemos pensá-la como a criação do criado, ou desenvolver novas atitudes perante a criação já consumada. Manuel Casimiro parece-nos como o agente predestinado da criação², da contínua redescoberta não só de obras anteriores da história da arte, como das suas próprias. Assim, a Mona Lisa casada com dois ovóides, vista no exemplo anterior, deixou-se alterar pela mão (re)criadora casimiriana que desta feita, acrescentou uma espécie de grelha de enquadramento visual (embora um pouco desajeitada), e decidiu que estava na altura de o rosto voltar a respirar o ar concentrado do ambiente de Leonardo. (...)

Rodrigo Magalhães
Historiador de arte



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, José Governo, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Miguel Peixoto, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vítor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Unipessoal Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos

anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º2, i) e j), artigo 75º n.º2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 63, março 2026 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Há edições que se leem apenas com os olhos e outras que se sentem com a memória, com a experiência e com o futuro. Esta é uma dessas edições que se vive por dentro: feita de rostos, de vozes, de territórios e de caminhos. A obra de capa de Manuel Casimiro, com a sua intervenção sobre a Mona Lisa, recorda-nos que toda a criação é também recriação. Que o gesto de visitar é, muitas vezes, o gesto de compreender melhor. A AILD volta a mostrar que a cultura vive do encontro, da proximidade e do gesto que se faz no terreno. “Somos Mílhões...”, é um hino à força dos lusodescendentes, à pluralidade das suas histórias e ao valor que representam para Portugal. Apresentamos o Lancaster College — centro de ensino e formação instalado na Figueira da Foz — numa simpática e agradável conversa com a sua diretora. Na Grande Entrevista, Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, conduz-nos a uma reflexão decisiva sobre o futuro do país com o conceito de Portugal Nação Global. Uma entrevista que merece ser lida com atenção — porque nela se desenha um novo mapa de Portugal, feito de ligações que atravessam o mundo. No campo da diplomacia, Francisco Oliveira faz-nos o retrato do último Seminário Diplomático, que reuniu, diplomatas, responsáveis governamentais e académicos para debater prioridades estratégicas da política externa portuguesa. Filipe Silva, Conselheiro das Comunidades Portuguesas, convida-nos a refletir sobre o futuro da língua portuguesa no Sudeste Asiático, agora que Timor-Leste e tornou Estado-membro da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Em Laos e no Triângulo Dourado reencontramos paisagens, trajetórias e a presença portuguesa nas margens do Mekong. Imperdível! Christophe Fonseca, oferece-nos um olhar sobre cinema documental como testemunho e memória. Falamos das tempestades e cheias que nos lembram a urgência da adaptação, que

exigem respostas integradas, locais e nacionais. A rubrica Luso-Criança desta edição coloca um tema urgente: educar as crianças na empatia pelos animais. Madalena Pires de Lima lembra que a formação da sensibilidade humana começa cedo e propõe medidas práticas — levar os miúdos à natureza, integrar a empatia animal nos currículos de cidadania — para contrariar a violência e cultivar responsabilidade. Magnífico texto! Vamos poder desfrutar da leitura da segunda parte dos sabores que nos cruzam com memórias e territórios, pela escrita única de António Manuel Monteiro, e fazemos uma chamada à proteção dos direitos individuais, à escuta empática e à responsabilidade coletiva na promoção da saúde integral. Paulo Dinis (Fundação AEP) propõe transformar a dispersão lusófona em capital estratégico, mas para que funcione, exige visão de longo prazo, coordenação interministerial e diálogo genuíno com as comunidades. Na Geração Sem Fronteiras, Rita Trábulo conta por que saiu — falta de oportunidades e baixos salários na investigação em Portugal — e descreve como foi a adaptação. Viajamos pela Lente de Henrique Manuel Botelho, numa seleção do Arquivo Municipal de Lisboa que nos devolve a poesia do quotidiano e a memória que se escreve em luz. Isalita Pereira traça uma leitura poética e histórica da Revolução dos Cravos: da conspiração dos capitães às ruelas de Lisboa onde um simples cravo se tornou símbolo universal de liberdade. Marco Neves traz a última parte da genealogia das línguas da Península, e deixamos o alerta que as catástrofes expõem fragilidades estruturais: escassez de mão de obra qualificada, défices de acolhimento e logística, e a dependência de respostas voluntárias e locais. Cada rubrica, cada artigo, cada imagem desta edição é um convite: a conhecer melhor, a reconhecer-se, a sentir-se parte de uma comunidade global que não abdica da sua memória nem do seu futuro.



Fátima Magalhães
Diretora

| E M D E S T A Q U E

AILD, uma associação que promove eventos que dão rosto e voz à lusofonia no mundo

A Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) tem vindo a afirmar-se como uma das estruturas mais ativas na promoção da cultura, identidade e participação cívica das comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo. A sua força reside, sobretudo, na capacidade de transformar ideias em encontros reais, reunindo artistas, escritores, investigadores e famílias inteiras em eventos que celebram a diversidade e a vitalidade da lusofonia. Cada iniciativa presencial reforça a missão da associação: criar pontes, valorizar talentos e dar visibilidade às múltiplas expressões culturais dos lusodescendentes.

Entre as atividades mais emblemáticas estão as exposições de artistas plásticos associados, que têm revelado obras de grande qualidade e uma pluralidade de estilos que refletem diferentes vivências da diáspora. Estas exposições não são apenas momentos de fruição estética; são espaços de diálogo, onde o público reconhece memórias, identidades e narrativas que atravessam fronteiras. A arte torna-se, assim, um ponto de encontro entre gerações e geografias.

A AILD tem igualmente promovido apresentações de escritores e investigadores, dando palco a quem pensa e produz conhecimento sobre a lusofonia. Lançamentos de livros, debates e sessões de leitura aproximam o público de obras que exploram temas como migração, pertença, história e futuro. Estes encontros reforçam a importância da produção intelectual lusodescendente e contribuem para a preservação e valorização da língua portuguesa.

Projetos estruturantes como Realces, Obras de Capa, Literanto, Obrigado e Boa Viagem, e o concurso literário “As minhas férias em” demonstram a capacidade da associação para criar iniciativas consistentes e de impacto. O Realces destaca promove a inclusão social; as Obras de Capa valorizam os artistas e escritores; o Literanto promove a leitura e a escrita; e o concurso literário envolve sobretudo os mais jovens, incentivando-os a escrever em português e a reconhecer-se como parte ativa da comunidade lusófona. Estes projetos ampliam o alcance da AILD e fortalecem a ligação entre diferentes gerações.

A vitalidade da associação ficou particularmente evidente quando, recentemente, conseguiu estar presente em dois eventos no mesmo dia.

Em Paris, inaugurou a exposição “Orgulhosamente ABRIL”, do projeto Literanto, no Consulado-Geral de Portugal, celebrando a liberdade e a expressão artística. Em simultâneo, marcou presença na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, em parceria com o Turismo Porto e Norte, reforçando o papel das Comunidades Portuguesas na promoção do território e da cultura portuguesa.

Esta coincidência ilustra a energia, a organização e o empenho dos membros da AILD, que trabalham diariamente para levar mais longe a voz dos lusodescendentes.

A associação afirma-se, assim, como um movimento vivo, em expansão, que une pessoas, talentos e histórias, projetando a lusofonia com orgulho, criatividade e ambição.



Cláudia Branco
Diretora Geral Área Jurídica AILD

| A I L D

Somos Milhões...

Há frases simples que carregam uma força imensa. Uma delas é: “Somos milhões. Somos lusodescendentes.”

E é com essa força, a força de milhões de histórias, milhões de memórias, milhões de raízes que se constrói a herança de Portugal.

Uma herança que não se mede em quilómetros, mas em afetos.

Uma herança que atravessa oceanos, que resiste ao tempo, que se reinventa em cada geração.

A herança portuguesa pelo mundo é feita de língua, de cultura, de valores, de sabores, de saudade e de esperança.

Pelos cantos mais recônditos do planeta encontramos rostos que, mesmo longe de Portugal, mantêm viva a chama de um país que lhes corre no sangue.

Somos lusodescendentes. E essa palavra, lusodescendente, não é apenas uma origem.

É uma ponte.

É um vínculo.

É uma história que continua.

É força da herança

É uma comunidade é global.

Cada lusodescendente é uma história e cada história fortalece a nossa comunidade global.

Há quem tenha emigrado ontem e quem seja descendente de portugueses há quatro ou cinco gerações.

Há quem fale português fluentemente e quem esteja agora a aprender as primeiras palavras.

Há quem viva a cultura portuguesa através da gastronomia, da música, da literatura, das tradições familiares ou

simplesmente através de um sentimento profundo de pertença.

Todos contam.

Todos fazem parte.

Todos são Portugal no mundo.

E é essa diversidade e força única que faz da AILD uma associação com propósito.

Porque quando unimos milhões de pessoas com uma raiz comum, criamos algo extraordinário: uma comunidade global capaz de valorizar Portugal como nenhum outro país consegue fazer através da sua diáspora.

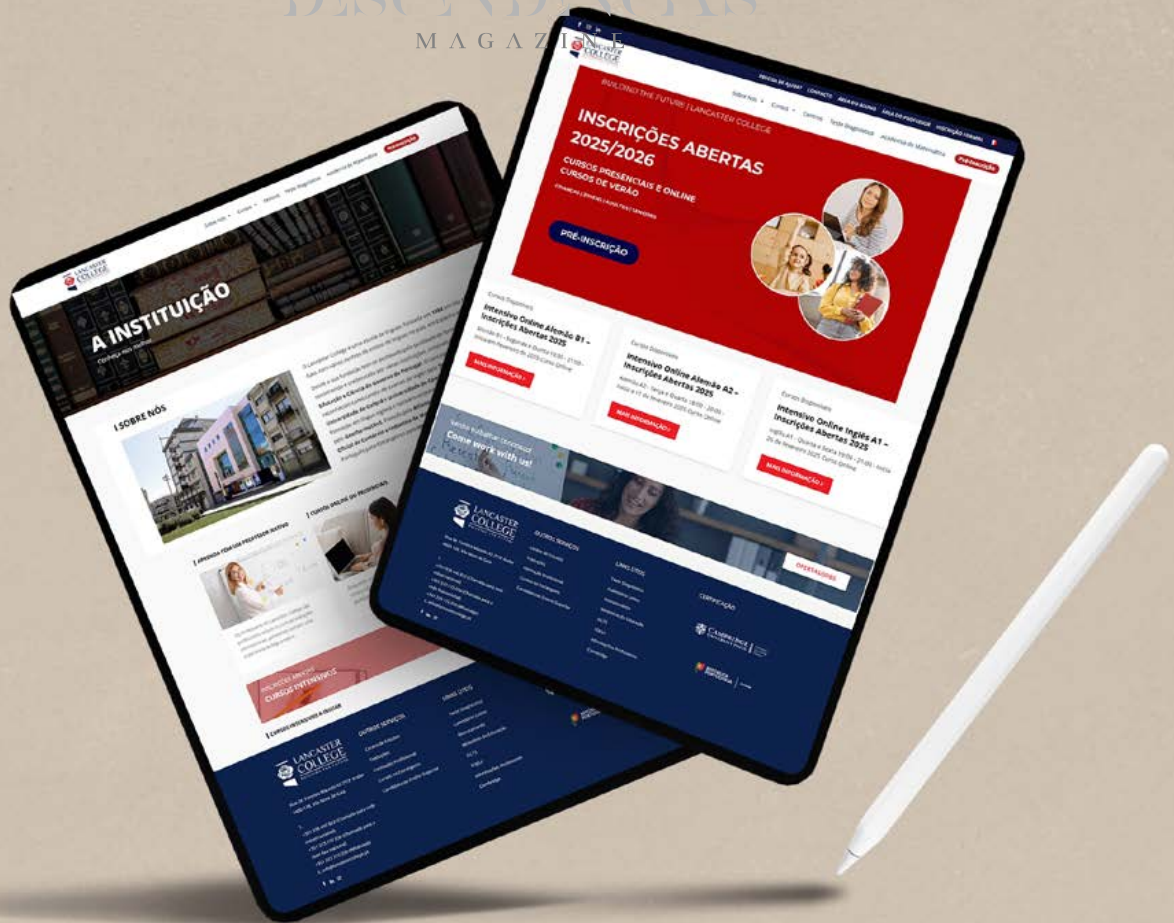
Os Lusodescendentes não são apenas uma extensão da diáspora portuguesa, são o ativo mais valioso que Portugal tem, um ativo imprescindível para o crescimento e diversidade de Portugal. O reconhecimento e a valorização deste facto podem fortalecer a relação de Portugal com as suas comunidades e com o mundo!

A missão da AILD é ser uma associação que aproxime todos os lusodescendentes independentemente da idade, localização, extrato social. O nosso objetivo é fomentar uma identidade cultural, uma rede de apoio no mundo, valorizar a diversidade e inclusão, promover o diálogo entre quem está fisicamente longe, mas partilha dos mesmos valores, apoiar e incentivar as novas gerações através de uma educação e transmissão cultural.

A união dos lusodescendentes é vista pela AILD como uma oportunidade de fortalecimento da identidade portuguesa, promoção e inclusão da nossa língua e dos nossos valores. Somos milhões, somos AILD!



Gilda Pereira
Vice-presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

Lancaster College Figueira da Foz

Professora Isabel, como descreve a missão do Lancaster College na Figueira da Foz?

Talvez a forma mais autêntica de compreender o sentido da criação do Lancaster College – Figueira da Foz reside nas palavras de Vergílio Ferreira: “Uma língua é um lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar.”

Há, nesta ideia, uma verdade profundamente humana. A língua não é apenas um instrumento que nos permite atravessar fronteiras geográficas ou comunicar com o outro; é também o lugar onde habitamos por dentro. É através dela que damos forma ao pensamento, que encontramos voz para as emoções e que reconhecemos os gestos culturais que nos ligam a uma memória coletiva. Aprender uma língua é, por isso, mais do que adquirir vocabulário ou dominar regras — é aproximar-se de novas formas de sentir, de

compreender e de existir. Foi com esta convicção que nasceu o nosso espaço de ensino e formação: um lugar onde cada percurso linguístico é também um percurso de descoberta pessoal, de encontro e de abertura ao mundo e ao outro.

Fundado em 1984, em Vila Nova de Gaia, o Lancaster College construiu, ao longo do tempo, uma história marcada pela dedicação ao ensino de línguas e pelo compromisso com a qualidade pedagógica, expandindo a sua presença através de diferentes centros no país.

No Lancaster College – Figueira da Foz, a missão traduz-se numa promessa simples e exigente: criar oportunidades para que cada estudante possa crescer, ganhar confiança e ampliar horizontes pessoais, académicos e profissionais através da comunicação. Aqui, as línguas são pontes — pontes entre culturas, entre pessoas e, muitas vezes, entre aquilo que somos e aquilo que aspiramos a ser.



Isabel Gomes, Diretora Executiva do Lancaster College – Figueira da Foz

Quais têm sido os maiores desafios na gestão de um Centro Educativo numa cidade em transformação como a Figueira da Foz?

A gestão de um centro de línguas numa cidade em acelerado processo de transformação, como a Figueira da Foz, tem colocado desafios complexos e multidimensionais. O dinamismo crescente do território — visível na expansão das atividades culturais e desportivas, no desenvolvimento empresarial e portuário, bem como no reforço da investigação e da oferta formativa desde os níveis iniciais até ao ensino superior especializado — tem contribuído para uma intensificação da mobilidade humana e da diversidade sociocultural.

A emergência de áreas formativas altamente especializadas, incluindo pós-graduações em Inteligência Artificial, Computação Musical, Design de Som e Biologia Marinha, tem atraído estudantes, profissionais e investigadores de múltiplas origens geográficas. Este fenómeno traduz-se numa heterogeneidade linguística e cultural significativa, mar-

cada pela chegada de indivíduos que, frequentemente, não possuem competências em língua portuguesa e, em alguns casos, apresentam também limitações no domínio da língua inglesa.

Neste contexto, um dos principais desafios reside na construção de condições comunicacionais que permitam uma resposta educativa célere e inclusiva.

Acresce a necessidade de desenvolver respostas pedagógicas flexíveis que conciliem a aprendizagem linguística com processos de integração social e profissional, favorecendo a capacitação rápida sem comprometer a qualidade formativa. A gestão educativa assume, assim, uma dimensão intercultural e psicossocial particularmente exigente, implicando práticas de acolhimento sensíveis à diversidade, reforço da comunicação pedagógica e criação de ambientes de aprendizagem que promovam pertença, participação e autonomia.

A tecnologia está a transformar o ensino. Que mudanças considera mais relevantes para o futuro da aprendizagem?



A transformação do ensino desenha-se, hoje, no cruzamento entre a velocidade da inovação tecnológica e a delicadeza do humano. A presença de ferramentas como a inteligência artificial e o uso quotidiano dos telemóveis abriram portas outrora impensáveis: traduções instantâneas, percursos de aprendizagem personalizados e o acesso imediato a um universo inesgotável de conhecimento. O saber tornou-se mais próximo e, em muitos sentidos, mais democrático.

Todavia, esta abundância encerra uma ambivalência silenciosa. As mesmas ferramentas que ampliam horizontes podem, subtilmente, fragilizar o esforço, a autonomia e o prazer da descoberta. A facilidade corre o risco de se converter em dependência, e a rapidez em superficialidade.

De que forma o Lancaster College tem adaptado a sua oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho atual?

O Lancaster College- Figueira da Foz tem procurado adaptar a sua oferta formativa de forma dinâmica e alinhada com as exigências do mercado de trabalho. Essa adaptação poderá ser observada em dois exemplos :

Em primeiro lugar, mantemos uma forte flexibilidade na conceção de cursos, estando disponíveis para desenvolver programas formativos ajustados a diferentes áreas profissionais e académicas. Um exemplo disso é a criação de formações específicas para áreas especializadas, como a medicina dentária ou a estética e formações em áreas como a comunicação ou literacia emocional, garantindo que os conteúdos linguísticos e comunicacionais respondem às necessidades reais do exercício profissional de par com o desenvolvimento pessoal.

Em segundo lugar, investimos na preparação das gerações mais jovens, através do desenvolvimento de projetos inovadores de ensino precoce de línguas. Destacam-se iniciativas como os workshops de inglês criativo, que promovem a aprendizagem de forma lúdica e significativa, contribuindo para que a competência plurilingue se torne uma capacidade natural desde a infância.

Desta forma, o Lancaster College procura simultaneamente responder às necessidades imediatas do mercado e antecipar desafios futuros, promovendo competências linguísticas essenciais num mundo multicultural.



A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

A criação de uma rede internacional promovida pela AILD representa um projeto de elevado alcance humano, cultural e identitário. Ao interligar luso-descendentes dispersos por diferentes geografias, esta iniciativa tem o potencial de transformar a distância em proximidade simbólica, fortalecendo sentimentos de pertença, continuidade cultural e cooperação entre comunidades que partilham raízes comuns. Vemos este projeto como um espaço vivo de encontro, partilha e construção coletiva, onde trajetórias migratórias, experiências interculturais e projetos de futuro se cruzam de forma enriquecedora. Tal rede poderá potenciar colaborações educativas, culturais e profissionais, ao mesmo tempo que preserva e valoriza a língua portuguesa como elemento agregador e veículo de memória, identidade e inovação. As nossas expectativas centram-se na criação de pontes duradouras entre pessoas, instituições e gerações, capazes de gerar oportunidades de aprendizagem mútua, mobilidade e desenvolvimento de iniciativas conjuntas, a nível cultural e

empresarial. Acreditamos que esta rede poderá também reforçar a visibilidade do capital humano das comunidades luso-descendentes.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos atuais e futuros alunos do Lancaster College- Figueira da Foz?

Aos nossos alunos e àqueles que ainda virão estudar connosco — deixo uma certeza: a educação que estão a construir não é apenas um conjunto de conhecimentos, é uma transformação profunda daquilo que são e daquilo que podem vir a ser. Aprender uma nova língua, enfrentar desafios de aprendizagem não é um caminho fácil. Haverá dúvidas, momentos de frustração e a sensação de que o progresso é lento. Mas é precisamente nesses momentos que o crescimento acontece. Cada tentativa é um passo silencioso em direção a novas oportunidades, novas culturas e novas versões de si próprios.

O verdadeiro valor da aprendizagem está sobretudo na confiança que constroem, na autonomia que desenvolvem e na capacidade de comunicar com o mundo para além das fronteiras conhecidas.



Vera Diniz

Diretora Geral AILD - Negócios & Empresas

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE

GRANDE ENTREVISTA

EMÍDIO SOUSA

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS
COMUNIDADES PORTUGUESAS

Para Emídio Sousa, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Portugal já não se limita ao território que se vê no mapa.

É neste contexto que surge o conceito de “Portugal Nação Global”, uma rede económica e cultural que visa unir portugueses e lusodescendentes em todo o mundo, transformando afetos e identidade em oportunidades concretas de desenvolvimento. A primeira materialização deste conceito acontecerá nos dias 29 e 30 de abril, e reunirá empresários de pequenas e médias empresas nacionais e municípios. O objetivo é claro: apresentar oportunidades de investimento, criar parcerias estratégicas e impulsionar o desenvolvimento territorial, sobretudo no interior do país. Para Emídio Sousa, trata-se de um primeiro passo na criação de uma comunidade portuguesa global que fixe talentos, atraia investimento e projete Portugal como país moderno e competitivo.



© Tiago Araújo

Territórios de baixa densidade, com desafios demográficos e necessidade de reindustrialização, podem encontrar neste encontro uma oportunidade transformadora. Existe alguma estratégia concreta para garantir equilíbrio territorial e evitar que os fluxos de investimento se concentrem maioritariamente nas áreas metropolitanas tradicionais?

Claramente, o projeto “Portugal Nação Global” tem uma componente muito significativa de presença dos municípios. Aliás, eu diria que assenta em quatro grandes ideias estruturantes.

A primeira é o próprio conceito de nação. O que estamos a propor é que deixemos de olhar para Portugal apenas como um espaço geográfico delimitado e passemos a entendê-lo como uma comunidade de pessoas espalhadas pelo mundo. Se mudarmos essa perspetiva – se substituirmos o conceito estritamente territorial por um conceito humano e comunitário – percebemos que somos, na verdade, uma das maiores nações do mundo.

A segunda componente é o apelo direto aos empresários da diáspora. Existem muitos portugueses no estrangeiro que alcançaram grande sucesso. O português tem sucesso em muitas geografias e, muitas vezes, mantém a vontade de regressar ou de se voltar a ligar à sua terra. O que estamos a fazer é chamá-los. Mas com uma inovação relativamente a tentativas anteriores: queremos promover encontros diretos entre empresários, frente a frente, criando oportunidades reais de contacto, de troca de cartões, de partilha de interesses comuns e, a partir daí, de desenvolvimento efetivo de negócios.

A terceira dimensão é a presença ativa dos municípios. Estou a desafiar os presidentes de Câmara a apresentarem, num curto espaço de tempo – num pitch de cinco minutos – as oportunidades de investimento dos seus territórios. Esta é, na minha perspetiva, uma oportunidade extraordinária para qualquer município, e muito particularmente para os do interior. Num único momento, o presidente de Câmara poderá ter à sua frente dezenas ou mesmo centenas





de empresários da diáspora – e também empresários nacionais – potencialmente interessados em investir. É uma ocasião única para apresentar a sua terra, os seus ativos e as suas condições de atratividade.

O quarto elemento é talvez o mais ambicioso: a criação de uma verdadeira Comunidade Económica dos Portugueses. Mais do que nos lamentarmos sobre o que fazemos ou deixamos de fazer, importa agir. E esta é uma ideia exigente e estruturante. Quando falo de Comunidade Económica dos Portugueses, não me refiro apenas à dimensão clássica do negócio, da compra e venda. A economia é muito mais do que isso: é a nossa vida coletiva, é a escola, é a cultura, é a confiança que depositamos uns nos outros e nas instituições. Trata-se de criar uma rede em que, em qualquer parte do mundo, um português saiba que pode contar com outro português – que pode pedir informação, aconselhamento ou um primeiro apoio sempre que necessário.

Este projeto é, naturalmente, um primeiro degrau. A vertente dos negócios é a mais imediata e apelativa para iniciar este caminho, mas a ambição é muito maior. O interior do país, em particular, tem aqui uma oportunidade relevante. O que permite a um município do interior atrair ou manter população é, antes de mais, o emprego. Sem emprego, as pessoas continuam a sair. Alguns permanecerão nas atividades tradicionais, mas a maioria procurará novas oportunidades. Se conseguirmos atrair investimento, captar empresas e desenvolver os nossos territórios, estaremos a criar condições para fixar jovens e, eventualmente, para atrair novos residentes. É isso que está subjacente a este projeto.

É uma visão ambiciosa. Se correr bem, acredito que poderá representar um marco importante na forma como encaramos o que é ser português e na maneira como entendemos a nossa nação.

Durante décadas, a promoção dos territórios portugueses junto da diáspora esteve muito associada à cultura, à gastronomia e às tradições locais. No contexto do “Portugal Nação Global”, acredita que essa dimensão identitária pode, ou deve, evoluir para uma apresentação mais estruturada das oportunidades económicas de cada município, capaz de captar a atenção de investidores de forma concreta e estratégica?

Sim, essa dimensão cultural é muito forte e continua a ser uma realidade. Quando vamos ao estrangeiro, encontramos uma verdadeira cultura de saudade nas nossas comunidades. O rancho folclórico é, muitas vezes, uma referência central, tal como o bacalhau, o vinho, o azeite, o pão ou o pastel. Esse mercado existe e funciona. Há uma ligação emocional muito profunda a esses símbolos. Mas chegou o momento de darmos um salto mais ambicioso.

A minha ideia é que os presidentes de Câmara, além de levarem o vinho tradicional da sua terra ou a garrafa de azeite – produtos de excelência que naturalmente nos orgulham – levem também o PDM, o Plano Diretor Municipal. É tempo de não nos limitarmos a apresentar as nossas tradições, por mais valiosas que sejam, mas de mostrarmos também as nossas oportunidades concretas de desenvolvimento.

Se conseguirmos captar a atenção de um investidor – seja ele português da diáspora ou estrangeiro – devemos ser capazes de lhe dizer, com clareza: neste território há um lago, há uma montanha com potencial turístico, há património histórico que pode sustentar um projeto hoteleiro; ou então há necessidade de habitação e espaço para construir; ou ainda há terrenos industriais disponíveis para acolher novas empresas.

Ou seja, para além da dimensão afetiva, temos de apresentar a dimensão estratégica. A tradição continua a ser um ponto de ligação, mas deve ser também a porta de entrada para uma proposta concreta de investimento e desenvolvimento. É esse o salto que estamos a propor.

Que papel as Comunidades Intermunicipais poderão ter, também, neste processo?

As Comunidades Intermunicipais, assim como os Governos Regionais e as Áreas Metropolitanas, assumem um papel natural de representatividade dos territórios, uma liderança capacitadora e serão a garantia que o projeto tem uma ligação às estratégias de desenvolvimento numa lógica de complementaridade, especialização e concertação estratégica. Para além disso terão a oportunidade de expor, de forma permanente ao longo dos dois dias do fórum, comunicando todo um universo de 308 municípios, garantindo a representação de todos territórios no espaço de exposição, superior a 1000 metros qua-



© Tiago Araújo

drados nesta 1ª edição. Desta forma, garantimos escala, coerência estratégica e que todos os municípios podem ser apresentados aos potenciais investidores.

O evento pretende mobilizar empresários de segunda e terceira geração, fundadores de startups tecnológicas, investidores institucionais e executivos em multinacionais. As novas gerações lusodescendentes mantêm a mesma ligação emocional e estratégica a Portugal que os seus antecessores? Que abordagem diferenciada está a ser desenhada para captar esse segmento?

Há, claramente, uma diferença entre a emigração de há 60, 70 ou 80 anos e as novas gerações. A paixão por Portugal continua a existir – isso pude constatar-lo pessoalmente nas minhas visitas ao estrangeiro. No entanto, manifesta-se de forma diferente.

Hoje temos, por um lado, o emigrante tradicional, muito ligado às expressões clássicas da portugalidade e às tradições comunitárias. Por outro lado, temos uma nova geração de

emigrantes – muitas vezes ainda pouco integrada nas estruturas associativas – que pode não estar tão presente na vida formal das comunidades, mas que mantém uma ligação forte ao país. A portugalidade continua lá, apenas se expressa de outra maneira. Há também uma questão de perceção. Para muitos destes portugueses e lusodescendentes, a imagem de Portugal ainda é a de há 50 ou 60 anos. Mas o país mudou profundamente. Hoje temos um Portugal diferente, mais desenvolvido, mais competitivo. Cerca de 14% da nossa emigração é altamente qualificada, e é precisamente essa camada que queremos mobilizar de forma mais estratégica. Quando falamos de empresários portugueses, faço sempre questão de clarificar: o empresário tradicional é o dono da empresa, mas nas grandes companhias globais essa figura nem sempre existe dessa forma. As grandes empresas têm múltiplos acionistas. Quem tem capacidade de decisão estratégica é muitas vezes o diretor-geral, o CEO, o executivo que lidera a operação ou que integra o Conselho de Administração. É também essa camada de decisão que queremos captar para o “Portugal Nação Global”.



© Tiago Araújo

Portugal hoje oferece condições muito relevantes. Somos um país com soluções tecnológicas avançadas, com startups de grande potencial, com um ecossistema empresarial dinâmico. Já não somos apenas o Portugal rural que muitos ainda guardam na memória. Somos um dos países mais desenvolvidos, com capacidade técnica e inovação reconhecida.

Recentemente, estive presente numa sessão com o Presidente do Banco de Fomento, onde interviei um alto quadro de uma multinacional inglesa. Foi feita uma pergunta simples: porque escolheram Portugal para investir? A resposta foi reveladora. Falou da estabilidade governativa, do ambiente empresarial, do contexto económico, da qualidade de vida, da facilidade linguística, das competências técnicas e da mão de obra qualificada. Ouvi um estrangeiro descrever as qualidades de Portugal de uma forma que raramente escuto internamente. Muitas vezes, dentro do país, tendemos a sublinhar apenas as dificuldades. Ali, era alguém do Reino Unido a explicar, com convicção, porque é que a sua empresa ia investir em Portugal.

Portugal hoje é diferente. É mais competente, mais capaz, mais preparado. Formámos uma geração de quadros altamente qualificados que hoje ocupam posições relevantes

em algumas das maiores empresas do mundo. É esse novo Portugal - moderno, preparado, competitivo - que estamos a convocar para o “Portugal Nação Global”. É essa realidade que queremos mostrar e mobilizar.

Muitos executivos portugueses em multinacionais não são investidores diretos, mas influenciam decisões estratégicas globais de localização de operações e cadeias de valor. Existe uma estratégia específica para mobilizar essa camada de influência económica que, muitas vezes, permanece invisível?

Claramente que sim. Nas minhas deslocações às comunidades portuguesas nos Estados Unidos, no Brasil, no Canadá e por toda a Europa, tenho procurado, em articulação com os nossos serviços diplomáticos e consulares, identificar esses portugueses - empresários, quadros altamente qualificados, políticos locais, lusodescendentes com influência nas suas áreas de atuação.

Temos vindo, inclusive, a inculcar essa cultura dentro do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros: a cultura da identificação estratégica de talento e liderança na diáspora. Não se trata apenas de acompanhar comunidades, mas de mapear



© Tiago Araújo

capacidade económica, institucional e política. E estamos a chamá-los. O “Portugal Nação Global” é muito mais do que um evento de negócios. O evento empresarial é o primeiro momento, o primeiro passo. Mas o conceito é mais amplo e pretende evoluir no futuro para abranger também o meio académico, o setor cultural, o desportivo e até a esfera política. Queremos mobilizar todos os emigrantes – não apenas o emigrante tradicional, mas também esta nova geração, com perspetivas diferentes, com uma cultura distinta, com novas formas de encarar a família, a vida e a mobilidade internacional. Queremos integrá-los neste movimento. Sentimos, aliás, que existe hoje um orgulho crescente em ser portu-

guês. Os nossos serviços consulares registam um aumento significativo dos pedidos de nacionalidade portuguesa, sobretudo na Europa. Isso demonstra que há uma valorização renovada da ligação ao país.

Portugal é, de facto, um bom país para viver. Costumo dizer que o que nos falta é melhorar o poder de compra e os salários – estamos ainda aquém do que desejamos e do que é possível alcançar. Mas, mesmo assim, poucos países no mundo podem afirmar que têm um Serviço Nacional de Saúde como o nosso. Quando viajamos e conhecemos outras realidades, percebemos melhor o que temos. Se muitos portugueses conhecessem em detalhe o funcionamento de sistemas de saú-



© Tiago Araújo

de noutros países, valorizariam ainda mais o nosso. O mesmo acontece com a educação universal, com o nível de segurança, com a ação social e com o equilíbrio intergeracional que conseguimos manter. Naturalmente, queremos sempre melhorar. Mas, no contexto global atual, Portugal oferece uma qualidade de vida muito relevante.

Os filhos e netos dos nossos emigrantes começam a reconhecer isso. Começam a perceber o valor da nacionalidade portuguesa e da ligação ao país. E quando falamos destes quadros altamente qualificados que queremos reaproximar, essa base emocional e identitária está presente. Muitas vezes, é esse pequeno fundamento que pode fazer a diferença quando surge a decisão de investir ou de desenvolver um novo projeto em Portugal.

A criação de redes de mentoria intergeracional é apresentada como um dos objetivos estratégicos. Como imagina estruturar esse processo? Poderemos assistir à criação de programas formais de mentoria que liguem empresários experientes da diáspora a jovens empreendedores e startups portuguesas?

Esse é precisamente o cerne do conceito “Portugal Nação Global”. Trata-se de valorizar a experiência de quem já está no terreno, o conhecimento acumulado de quem conhece os mercados, os contextos e as dinâmicas locais. Queremos transformar esse conhecimento numa vantagem estratégica para quem pretende iniciar um processo de internacionalização.

A lógica é simples: quem já está pode apoiar quem quer ir;

quem quer ir deve procurar quem já está. É essa a essência da mentoria de que falamos – uma rede de apoio baseada na experiência concreta, na confiança e na partilha de informação qualificada. No fundo, a essência do projeto é o encontro. É a conversa direta. É o modelo B2B. Criar condições para que as pessoas se sentem frente a frente e falem de oportunidades reais. Se uma empresa portuguesa que está a iniciar um processo de internacionalização conseguir encontrar, no outro lado, um parceiro que já opera nesse mercado há vários anos e conhece bem o seu funcionamento, cria-se uma oportunidade evidente para ambas as partes. Para quem chega, reduz-se risco e ganha-se orientação; para quem já está, pode abrir-se espaço para novas parcerias, expansão ou reforço de posição. É essa dinâmica de encontro, confiança e cooperação que está no centro do “Portugal Nação Global”.

A articulação com a Rede Global da Diáspora, desenvolvida pela Fundação AEP, sugere que “Portugal Nação Global” é a dimensão presencial de uma infraestrutura digital permanente já existente. Como pretende garantir que esta rede não seja apenas uma plataforma de contactos, mas uma estrutura operacional contínua, com acompanhamento, métricas e resultados concretos ao longo do ano?

É precisamente isso que queremos fazer. A nossa ideia passa por transformar o atual site da Rede Global da Diáspora na plataforma do “Portugal Nação Global”, sob tutela do Estado, numa parceria com a AEP.

A escolha da AEP não foi casual. Resulta do trabalho consis-



© Tiago Araújo

tente que já vinha a ser desenvolvido. Estamos a falar de uma rede presente em cerca de 133 países, construída com método e conhecimento acumulado. Quando já existe trabalho bem feito, não faz sentido começar do zero. O que fizemos foi reconhecer esse valor e convidar a AEP para uma parceria estratégica. A intenção é que esta plataforma passe a ser uma propriedade do Estado português, sem prejuízo de mantermos uma entidade parceira responsável pela sua gestão operacional permanente. Porque há um risco evidente: muitas plataformas, quando regressam exclusivamente à esfera do Estado, acabam por perder dinâmica, atualização e acompanhamento regular. Perdem alimentação, perdem seguimento. Uma parceria com uma fundação empresarial como a AEP pode garantir essa continuidade, essa agilidade e essa gestão ativa. É nesse modelo que estamos a trabalhar. Quando referi que este é apenas o primeiro passo de uma

ideia mais vasta, estava precisamente a pensar nesta dimensão estrutural. O alargamento do conceito ao meio cultural, científico, académico ou desportivo só será possível se tivermos uma plataforma viva, permanentemente atualizada e bem gerida. Se quisermos integrar a cultura, a academia ou a investigação, temos de alimentar continuamente essa rede. E é isso que estamos a preparar: uma infraestrutura que não seja apenas um momento, mas um instrumento ativo e duradouro.

O envolvimento da AICEP, IAPMEI, Turismo de Portugal e da rede consular indica uma coordenação interministerial rara na política para as comunidades. Estamos finalmente perante uma integração efetiva entre política externa, política económica e política territorial, ou ainda há barreiras institucionais a ultrapassar?



© Tiago Araújo

Este Governo tem precisamente como objetivo ultrapassar essas barreiras institucionais. E este fórum é um bom exemplo dessa nova abordagem.

Ainda queremos integrar áreas como a agricultura e o desporto, porque o “Portugal Nação Global” tem de ser verdadeiramente transversal. Não pode limitar-se a um setor. Faz parte do programa do Governo que esta visão seja abrangente e articulada. Durante muitos anos, governou-se por vezes de forma estanque, com cada área a funcionar de modo relativamente isolado. Neste caso, o envolvimento da AICEP é pleno – é um dos grandes parceiros – precisamente porque detém um conhecimento e um know-how muito significativo na área da internacionalização e captação de investimento. O IAPMEI está igualmente envolvido, dado o seu conhecimento profundo do tecido das pequenas e médias empresas, que queremos mobilizar. E o mesmo se aplica aos diferentes ministérios. Como tenho referido, o “Portugal Nação Global” é uma plataforma ambiciosa e só será verdadeiramente exequível se for transversal a todo o Governo. E é isso que estamos a fazer. Já realizámos reuniões com Secretários de Estado da Economia, das Autarquias, do Mar, da Agricultura, das Florestas,

do Turismo, da Cultura, entre outros. Foram reuniões conjuntas, onde o conceito foi apresentado e discutido, e onde cada área governativa identificou o seu contributo específico. Porque acredito que todos estes setores têm de estar representados neste projeto.

A vontade deste Governo é clara: deixar de olhar para as comunidades portuguesas apenas sob o prisma da saudade, da tradição ou da memória. Queremos vê-las como aquilo que realmente são – um ativo estratégico do país.

Um projeto desta dimensão enfrenta riscos: dispersão de interesses, expectativas excessivas, fragmentação territorial ou sobreposição de iniciativas. Quais são os principais riscos estratégicos que identifica e como está a preparar mecanismos de mitigação?

Como referi, este é o primeiro passo – e temos plena consciência de que existem riscos. Muitas vezes, os projetos são bons na sua conceção, mas acabam por se perder pelo caminho. Mudam os protagonistas, muda o Governo, não se consolida o trabalho feito, não se assegura a sua transmissão ao



© Tiago Araújo

sucessor. E é precisamente isso que quero evitar. Por essa razão, estamos a envolver a Direção-Geral neste processo, para que o projeto tenha continuidade institucional, independentemente das circunstâncias políticas. O objetivo é que não dependa apenas de uma pessoa ou de um ciclo governativo, mas que fique estruturado dentro da própria máquina do Estado. Sabemos que há riscos. No final desta primeira edição, faremos uma avaliação rigorosa. Analisaremos o que funcionou, o que não funcionou e quais devem ser os passos seguintes. Estou habituado a trabalhar assim - tenho formação em gestão e acredito que os projetos devem ser avaliados com método e realismo. Haverá certamente aspetos que não correrão como previsto. Outros, talvez, irão surpreender-nos positivamente. O importante é fazer o balanço com honestidade

e decidir em função dos resultados. Mas há uma regra essencial: só podemos dar o segundo passo depois de dar o primeiro. Este é o primeiro. Depois, com base na avaliação, avançaremos para o seguinte.

Como evitar que “Portugal Nação Global” seja percecionado como um fórum elitista focado apenas em grandes investidores, garantindo inclusão, diversidade geográfica e representatividade das múltiplas realidades da diáspora portuguesa?

Elitista, jamais será. Se considerarmos empresários de sucesso como uma elite, talvez se pudesse dizer isso, mas não é o caso. Basta olhar para o perfil de muitos empresários, tanto em Portugal como no resto do mundo. Venho de uma



© Tiago Araújo

região que produziu alguns dos maiores empresários portugueses, muitos dos quais sem qualquer formação superior. O mesmo se verifica entre os empresários da diáspora que conheci, no Brasil e nos Estados Unidos: a maioria não tinha formação académica.

Portanto, este fórum nunca será exclusivo para uma elite. Pelo contrário, estamos a convidar empresas de diferentes dimensões, sem qualquer foco apenas nas grandes empresas ou multinacionais. Teremos pequenas e médias empresas, oferecendo-lhes a oportunidade de se internacionalizarem. Quanto aos empresários estrangeiros, também podem ser grandes ou pequenos: não há qualquer limitação quanto ao tamanho da empresa para participar. O espaço está aberto para crescer.

Se o encontro anual se consolidar e escalar internacionalmente, imagina “Portugal Nação Global” como uma marca-país reconhecida globalmente, capaz de competir com grandes fóruns económicos internacionais e posicionar Portugal como plataforma privilegiada de negócios globais?

Esse é o meu sonho. Obviamente, acredito que não vai acontecer rapidamente, mas gostaria muito que se concretizasse. Uma coisa que já estamos a fazer é registar a marca, e estamos a fazê-lo por uma razão simples: queremos que ela seja livre e que ninguém se aproprie dela. Por isso, estamos a tentar registá-la em nome do Estado português.

Estamos ainda no primeiro grau; não sei quantos graus vamos subir, mas para mim, isso seria o culminar deste evento.

Vamos ver até onde conseguimos chegar. Há muitas hipóteses em análise. Tenho várias ideias na cabeça: uma delas seria fazer uma edição bianual, eventualmente alternando entre Portugal e outros países. Mas há muitas possibilidades e não quero adiantar demasiado, porque podemos concluir que algumas não são viáveis ou não devem ser implementadas assim. Por enquanto, há apenas ideias a trabalhar para o futuro. Primeiro, precisamos de ver como tudo corre.

Enquanto responsável máximo pela política das comunidades e filho de emigrantes, que mensagem deixa aos empresários portugueses espalhados pelo mundo que mantêm ligação afetiva ao país, mas hesitam em investir ou expandir para Portugal? Porque devem acreditar que este é o momento certo?

Como disse, Portugal oferece hoje a qualquer investidor condições excecionais, difíceis de encontrar em qualquer outra parte do mundo. Outro ponto importante é a língua: os portugueses falam português. Portanto, quem vier para cá já dispõe de um grande ativo desde o início.

Acredito que, muitas vezes, a dificuldade reside em não conseguir encontrar o interlocutor certo. Hoje, temos agências que fazem um excelente trabalho, como é o caso da AICEP, embora muitas vezes direcionadas para o grande investidor. Quando organizo este fórum e envolvo os municípios, estou a colocar no radar do possível investidor o interlocutor adequado, a pessoa certa para quem quer investir em Portugal. Com os presidentes de câmara presentes, qualquer investidor internacional percebe que tem ali alguém com quem realmente deve falar.

Ao proporcionar ao investidor um contacto ao nível do presidente de câmara, estamos a disponibilizar a pessoa que lhe pode transmitir maior confiança para o investimento. Pen-

so que esta é uma das grandes novidades e uma das maiores forças na construção da confiança do investidor.

O conceito “Portugal Nação Global” não é apenas um projeto, mas uma afirmação estratégica sobre o que significa ser Portugal no século XXI. Ao recordar que existem mais de cinco milhões de portugueses e lusodescendentes espalhados por 178 países (o equivalente a cerca de um terço da população residente) está, no fundo, a propor uma redefinição do perímetro económico, social e até político da nação. Estamos perante uma evolução conceptual do Estado-nação para uma comunidade económica global portuguesa?

Sim, claramente. Aliás, os números dos 5 milhões são os nossos números oficiais, mas os números reais serão muito superiores. Penso que existe um estudo académico de 2017 que aponta para 30 a 31 milhões, e acredito que esse valor seja mesmo real, ou até superior. Os portugueses têm viajado pelo mundo há cerca de 700 anos e têm uma cultura de integração nos territórios onde se estabeleceram muito significativa. Por isso, considero que os 30 a 31 milhões refletem de forma muito mais fiel a verdadeira dimensão da comunidade portuguesa.

A realidade é que sabemos que temos comunidades em 178 países, incluindo grandes territórios como o Brasil, que tem 27 Estados; os Estados Unidos, com 50 Estados; e o Canadá, com 10 províncias. Este é um potencial tremendo.

Esta “nação global” é, de facto, o que costumo chamar uma comunidade económica diferente. Existe trabalho a fazer, é preciso superar expectativas, desconfianças, dificuldades de perceção, e lidar com as características das pessoas e do contexto em que se desenvolvem. Há, portanto, muitos fatores condicionantes. Mas, como digo sempre, este é apenas o primeiro passo. Depois, seguiremos com os próximos.





© Tiago Araújo

Durante décadas, a diáspora foi sobretudo analisada sob o prisma das remessas. No entanto, “Portugal Nação Global” propõe algo muito mais ambicioso: transformar essa presença externa numa alavanca estratégica ativa de investimento, exportação, internacionalização e transferência de conhecimento. Como se operacionaliza esta transição de uma lógica financeira passiva para uma lógica estratégica ativa e integrada na política económica nacional?

As remessas dos emigrantes portugueses são, claramente, muito importantes, quer pelos investimentos que trazem, quer pela dinamização económica que geram, por exemplo através do consumo quando vêm de férias. Tudo isto representa remessas significativas para Portugal.

No entanto, há uma evolução no conceito de “Portugal Nação Global”, que se traduz na unidade económica dos portugueses. Acredito que a melhor forma de o nosso país crescer e desenvolver-se ainda mais, e de potenciar melhores salários – que é, na minha opinião, um dos aspetos em que precisamos de melhorar significativamente – passa pelo investimento, pelos negócios e pelo mercado. É precisamente esta visão que está por detrás desta iniciativa.

O mundo dos negócios, do investimento e do empreendedorismo foi e continua a ser, ao longo da história, o fator que faz um território crescer e melhora a vida das pessoas. É isso que está presente aqui. Quando deixamos de ver o emigrante apenas como alguém que envia remessas para comprar uma casa, passar férias ou adquirir bens, passamos a vê-lo como um ativo estratégico. Este é um fórum de negócio, não apenas num sentido tradicional, mas num

sentido global. E torna-se ainda mais disruptivo num tempo em que enfrentamos complexidades geoestratégicas, tarifas e caminhos inversos em vários países. Ao adotarmos esta visão agora, estamos a olhar para o futuro de Portugal. É essa a nossa ambição.

“Portugal Nação Global” pode alterar estruturalmente a forma como o Estado português olha para as comunidades, deixando de as ver apenas como extensão cultural para as assumir como verdadeira infraestrutura económica estratégica. Considera que este projeto pode representar uma das reformas mais estruturais da política de comunidades nas últimas décadas?

Sou suspeito para falar sobre isto, pois estou a falar de mim próprio, do meu governo, do excelente ministro que temos e do excelente primeiro-ministro. Deixo a análise final aos outros, mas acredito que, se tivermos sucesso, estaremos perante uma grande reforma estrutural na relação com as comunidades.

O projeto “Portugal Nação Global” apresenta-se como uma estratégia estrutural de mobilização económica da diáspora, mas escolhe materializar-se publicamente através de um grande encontro anual cujo lema é “Onde o mundo português faz negócios”.

Como garante que o encontro não é apenas um momento simbólico, mas sim a porta de entrada para uma infraestrutura contínua de ligação entre identidade, capital económico e desenvolvimento nacional?



© Tiago Araújo

A nossa ambição com este fórum é que, no futuro, o conceito de “Portugal Nação Global” envolva vários setores, especialmente o económico. Mas, afinal, o que é a economia? A economia é tudo: é a nossa vida, a escola, o transporte, a confiança que temos para comprar uma casa. Isto é economia. O fórum “Portugal na Ação Global” começa pelo mundo dos negócios, pela vertente mais comercial. Mas o objetivo é ir muito mais além: queremos chegar à dimensão cultural, desportiva, científica, académica e educativa. A ambição é, portanto, muito, muito grande.

O evento de 29 e 30 de abril de 2026 apresenta metas muito concretas: 180 empresários da diáspora provenientes de mais de 40 países, 150 PME nacionais em processo de internacionalização, 50 municípios com políticas ativas de atração de investimento, mais de 200 reuniões B2B previamente agendadas e um pipeline de investimento superior a cinco milhões de euros identificado e em desenvolvimento. Estes números são ambiciosos e implicam uma mobilização diplomática, empresarial e territorial significativa. Que trabalho preparatório está a ser desenvolvido para garantir que estas metas se traduzem em resultados mensuráveis?

Estamos a desenvolver este trabalho há alguns meses. Nas minhas visitas às comunidades portuguesas, procuro sempre ter encontros com o meio empresarial, com os nossos diplomatas e serviços consulares, e com as Câmaras de

Comércio quando existem. Mesmo no meio científico, busco apoio para a identificação de potenciais participantes. Trata-se de um trabalho muito intenso, da minha parte e de toda a minha equipa. Entretanto, já reuni com todos os embaixadores e cônsules, apelando ao seu envolvimento nesta nova cultura de diplomacia económica. Acredito que vamos ter sucesso.

Obviamente, os números que apresentamos são muito prudentes. Este primeiro evento é ainda muito prospectivo, porque não temos histórico suficiente. Sei que, no passado, ocorreram um ou outro evento semelhante, mas que não tiveram o desenvolvimento esperado. Este é um evento pioneiro, ainda exploratório. As métricas que definimos são mínimas, podendo ser superadas ou não. Mas vamos começar a escrever história nos dias 29 e 30 de abril.

A identificação de um pipeline mínimo de cinco milhões de euros em investimento é apresentada como meta inicial. No seu entendimento, este valor é simbólico ou estrutural? Existe uma ambição de crescimento exponencial nas edições seguintes, transformando “Portugal Nação Global” numa plataforma permanente e escalável de captação de investimento da diáspora?

Sim, fomos bastante contidos na ambição. Um investimento de 5 milhões de euros não é nada de extraordinário. Neste momento, a nossa métrica é muito prudente. Como digo, não



© Tiago Araújo

temos histórico associado a este evento, que se realiza pela primeira vez. Por isso, optámos por ser cautelosos na definição da nossa ambição. Só depois vamos perceber realmente o que acontecerá - e pode ser que chegue a 50 milhões. Mas, por agora, quisemos manter a prudência.

Um dos elementos mais inovadores deste projeto é a participação ativa de cerca de 50 municípios, muitos deles com parques empresariais, zonas industriais disponíveis e políticas específicas de atração de investimento. Podemos afirmar que está a nascer uma nova forma de diplomacia económica territorial, em que autarquias dialogam diretamente com empresários globais da diáspora?

Sem dúvida. Não estamos a descobrir nada que já não se esteja a fazer. Eu próprio fui Presidente de Câmara durante 11 anos e Vice-Presidente durante 8, em Santa Maria da Feira, e, durante os meus mandatos, a diplomacia económica tornou-se um dos principais eixos de trabalho. Recordo que, quando fui eleito em 2013, a minha primeira viagem, apenas um mês depois, foi a um evento de negócios em Genebra, na Suíça, onde apresentei as oportunidades de investimento na minha terra. Passados três meses, já levava empresários da área do calçado para a Suíça, para eventualmente concretizarem negócios. A diplomacia económica começou, a

partir dessa altura, a integrar de forma mais consistente o papel dos Presidentes de Câmara. Antes disso, não fazia parte, em regra, das funções municipais. Os municípios tinham, quase todos, Gabinetes de Apoio ao Empresário, mas o apoio era muito básico, feito sobretudo através de panfletos para abrir pequenos negócios locais, como padarias, peixarias ou mini-supermercados. Penso que fui pioneiro, juntamente com três ou quatro outros Presidentes de Câmara, ao perceber que era necessário fazer mais para atrair investimento para os nossos territórios.

Fui eleito Presidente em pleno mandato da Troika, quando Portugal enfrentava níveis de desemprego muito elevados e famílias em grandes dificuldades. Naquele contexto, a melhor forma de criar emprego era precisamente através da atração de investimento. Foi nessa altura que fizemos a mala e percorremos o mundo inteiro em busca de oportunidades.

Hoje estou absolutamente convencido de que uma das principais responsabilidades de um Presidente de Câmara é precisamente atrair investimento para o território. É isso que melhora a qualidade de vida das pessoas, fixa residentes, evita a emigração e atrai novos habitantes.

A inclusão dos municípios neste processo é, para mim, fundamental e constitui um pilar essencial do sucesso deste projeto.



| D I P L O M A C I A

Seminário Diplomático

O Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros organizou nos dias 5, 6 e 7 de janeiro o Seminário Diplomático, uma iniciativa anual que reúne membros do Governo, quadros da Administração Pública, empresas, Universidades e demais setores estratégicos, com os Chefes de Missão de Portugal no estrangeiro e responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros para refletir e debater os principais temas de interesse para a política externa portuguesa.

À imagem da edição do ano transato, o Seminário Diplomático 2026 decorreu em duas cidades: Lisboa e Porto, com o

primeiro dia do Seminário a decorrer em Lisboa, no Palácio das Necessidades e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Na sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a manhã do primeiro dia, contou com a presença de Hakan Fidan, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, convidado de honra numa sessão em que partilhou com os diplomatas portugueses a sua perspetiva sobre o relacionamento bilateral entre os dois países e abordou a necessidade de uma diplomacia proativa, materializada no papel decisivo desempenhado pela Turquia na mediação de conflitos, reforçando o seu papel na promoção da estabilidade e segurança global.



© DR

De seguida, durante a tarde do primeiro dia, foram realizadas no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian as sessões públicas do Seminário, contando com a presença de António Feijó, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian e Nuno Botelho, Presidente da Associação Comercial do Porto; estando assim representadas as duas instituições que acolheram esta edição do Seminário Diplomático. A sessão pública de abertura contou igualmente com a intervenção da Diretora do Instituto Diplomático, Embaixadora Ana Paula Zacarias, que nesta ocasião homenageou

António Guterres, o Secretário-Geral das Nações Unidas que termina este ano o seu mandato à frente da Organização. Destacou o seu “compromisso inabalável com a paz, o multilateralismo, os direitos humanos, o desenvolvimento, a sustentabilidade ambiental e, acima de tudo, a dignidade da pessoa humana”, na sessão em que estava inicialmente prevista a sua presença, que não se verificou em resultado da convocatória de uma sessão de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação na Venezuela.



© DR

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, deu continuidade à sessão de abertura, numa breve intervenção em que realçou a volatilidade do cenário internacional através do impacto que este teve na organização e no programa do Seminário Diplomático. Continuou a sua intervenção apresentando os temas que viriam a ser abordados nos dias seguintes e explanando a sua visão para o Seminário Diplomático, defendendo que este deve aproximar-se de um “retiro”, que permita uma maior introspeção e interação entre os diplomatas portugueses e os oradores convidados. Terminou a sua intervenção com uma breve homenagem ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em final de mandato, elogiando a sua contribuição para a política externa portuguesa e agradecendo os seus “dez anos de serviço àquela que é a afirmação de Portugal no Mundo”.

A intervenção de fundo da tarde do primeiro dia ficou a cargo do Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento, que apresentou uma análise detalhada sobre o percurso da economia portuguesa e a sua inserção global. O Ministro caracterizou Portugal como um “caso de sucesso” no contexto da Zona Euro, sublinhando a transformação estrutural da sua economia ocorrida nos últimos 15 anos. Destacou que o país superou a média europeia nos principais in-

dicadores, apresentando um crescimento económico sólido, um mercado de emprego resiliente, com salários em subida, e uma trajetória de equilíbrio orçamental que permitiu uma redução histórica da dívida pública. Esta robustez macroeconómica, segundo o Ministro, foi fundamental para que Portugal recuperasse a sua credibilidade externa perante os mercados e as agências de rating.

No centro desta transformação estiveram as exportações, que registaram um salto qualitativo e quantitativo sem precedentes. Apresentou uma análise detalhada das razões que levaram Portugal a passar de um peso das exportações de cerca de 28% do PIB antes da crise de 2008 para valores próximos dos 50% na atualidade. Mais do que o volume das exportações, Joaquim Miranda Sarmiento enfatizou a diversificação. O sucesso atual não depende apenas do setor do turismo, mas de uma crescente capacidade de exportar serviços tecnológicos, de saúde e produtos industriais de alto valor acrescentado. Identificou investimentos estratégicos recentes como as giga-factories de baterias de lítio, centros de dados e no cluster aeronáutico, reforçando que a diplomacia económica deve continuar a ser o braço operacional da internacionalização, focando-se agora em aumentar a produtividade nacional e em reter o talento jovem qualificado que o país forma.



© DR

A segunda parte do evento teve como anfitriã a Associação Comercial do Porto e os trabalhos decorreram no Palácio da Bolsa, tal como na edição anterior. Esta componente do evento decorreu num registo mais privado, em que os executores da política externa portuguesa reuniram com convidados de alto nível para debater os temas que se encontram na ordem do dia, do ponto de vista das relações internacionais e que vão marcar a atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante 2026.

Ao longo dos dois dias em que o Seminário Diplomático decorreu no Porto foram abordados temas, que incluíram a candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-28, as Comunidades e Diáspora Portuguesas, a Política de Internacionalização da Economia Portuguesa, a política de Cooperação Portuguesa e as questões de Segurança e Defesa, com a participação de membros do governo, convidados estrangeiros e académicos.

A candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-28 é uma das prioridades centrais da diplomacia para 2026 e foi também tema de discussão no Seminário Diplomático. A ambição de Portugal em aceder a este órgão está firmemente ancorada na visão do multilateralismo como a solução primordial para as crises

internacionais. Com o lema ‘ Prevent, Protect, Partnership’, Portugal propõe uma aposta na diplomacia preventiva e no combate a ‘multiplicadores de ameaças’, como as alterações climáticas e a pobreza, promovendo um Conselho de Segurança mais transparente e mais próximo dos restantes órgãos da ONU.

Os desafios económicos colocados a Portugal e à União Europeia, impostos pelas tarifas norte-americanas, bem como a incerteza da situação económica global foram abordados na intervenção da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Inês Domingos, que reforçou a importância do multilateralismo económico.

A Cooperação para o Desenvolvimento e a promoção da Língua e Cultura Portuguesa foram abordados num painel que contou com a participação da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Ana Isabel Xavier, que, recordando mais uma vez a emergência de diversas situações de conflito, um pouco por todo o mundo, reforçou o papel de Portugal na promoção do Desenvolvimento Humano e elencou as oportunidades e desafios para a cooperação portuguesa, num painel que realçou igualmente o papel da Língua e Cultura Portuguesa como instrumento de diplomacia cultural.



© DR

Não seria possível abordar as prioridades da diplomacia consular sem abordar os desafios e oportunidades associados à Diáspora Portuguesa. Janeiro foi um mês particularmente crítico neste âmbito, com a preparação das eleições presidenciais, realizadas a duas voltas, com um elevado esforço e complexidade logística exigido aos postos consulares na procura de garantir que todos os portugueses tivessem possibilidade de exercer o seu direito de voto. De igual forma, o apoio às Comunidades Portuguesas em diversas situações de exceção e emergência foi apontado pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Emídio Sousa, uma preocupação constante – com particular ênfase à data do Seminário para a preocupação com a situação vivida pela comunidade portuguesa residente na Venezuela.

Os novos paradigmas de segurança e defesa foram também uma temática abordada ao longo do Seminário, contando com a participação do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, a Secretária-Geral Adjunta da Nato, Radmila Shek-rinska e o Comissário Europeu para a Defesa e Espaço, Andrius Kubilius. Num momento em que a Europa inaugura uma nova era na sua arquitetura de segurança e em que os Estados-membros da NATO reforçam o compromisso orçamental com o investimento em defesa, esta temática assume

uma relevância acrescida. Ficou demonstrado que, perante os desafios da nova ordem global, a diplomacia e a defesa assumem uma relevância e interdependência crescentes, sendo necessário a todos os países aliar a capacidade de diálogo com uma maior robustez a nível das capacidades de segurança.

O Seminário Diplomático representa o momento de maior visibilidade do Instituto Diplomático, conjugando num só evento múltiplas das suas atribuições. A elevada visibilidade mediática deste evento aliada à transparência que o Instituto procura impor a este evento, através da transmissão em direto de todos os momentos públicos do Seminário no Canal YouTube do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tornam o Seminário um momento particularmente relevante para a Diplomacia Pública Portuguesa. É igualmente um momento que permite o contacto dos diplomatas portugueses com o Presidente da República, com o Presidente da Assembleia da República e com o Primeiro-ministro ao longo do Seminário. Finalmente, permite uma reflexão alargada sobre a política externa portuguesa, reunindo todos os seus executantes num só local, garantindo assim a coesão, coordenação e o alinhamento estratégico na atuação das estruturas da diplomacia portuguesa, a nível global e em todas as suas vertentes.



Francisco Oliveira
Instituto Diplomático

Obras de Capa 7 anos

A promover arte, artistas, escritores e a língua portuguesa

Carlos Farinha
Ismaël Sequeira
Erika Jâmece
Sónia Aniceto
João Timane
Marcelo Panguana
Cristina Troufa
Pedro Almeida Maia
Michael de Brito
Marina Carreira

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Timor-leste na ASEAN

Ameaça ou oportunidade para a língua portuguesa?



© Mohd Rasfan

A entrada de Timor-Leste na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) constitui um dos marcos mais relevantes desde a restauração da independência, em 2002. Trata-se de uma decisão estratégica com impacto direto na inserção regional do país, mas que suscita também reflexões profundas sobre identidade, educação, língua e desenvolvimento.

Entre essas questões, destaca-se o futuro da língua portuguesa. Num país jovem, onde persistem dificuldades significativas na aprendizagem desta língua e onde o setor da educação revela fragilidades estruturais, é legítimo questionar se a integração num bloco regional dominado pelo inglês representa um constrangimento ou uma oportunidade.



Entendo que a entrada na ASEAN não constitui, por si só, uma ameaça à língua portuguesa. O verdadeiro desafio reside na capacidade do Governo de Timor-Leste para definir e executar políticas linguísticas e educativas coerentes. O futuro da língua portuguesa no país dependerá menos da ASEAN e mais das escolhas internas que forem feitas.

A adoção do português como língua oficial, a par do tétum, resultou de uma opção política profundamente ligada à história da resistência. Durante a ocupação indonésia, o português assumiu um papel central como língua de identidade, de comunicação internacional e de afirmação nacional. Foi através dela que Timor-Leste manteve viva a sua causa junto da comunidade internacional, da Igreja Católica e da diáspora.

Com a independência, a Constituição consagrou a língua portuguesa numa lógica de complementaridade com o tétum, refletindo uma visão de pluralismo linguístico e de ligação ao espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Contudo, mais de duas décadas depois, é evidente que o seu uso continua limitado, sobretudo entre as gerações mais jovens.

Persistem dificuldades na formação de professores, nos materiais pedagógicos e na integração efetiva da língua portuguesa no quotidiano escolar e institucional. Para muitos jovens, a língua é entendida como distante da vida prática, sobretudo num contexto regional onde o inglês surge associado ao emprego, à mobilidade académica e às oportunidades económicas.

Timor-Leste possui uma das populações mais jovens do mundo, o que representa um enorme potencial, mas tam-

bém uma grande responsabilidade. No ensino superior, continuam a verificar-se desafios ao nível da qualidade pedagógica, da capacidade científica e da articulação com o mercado de trabalho. Estas fragilidades limitam a competitividade dos jovens timorenses, sobretudo quando comparados com os seus pares da região.

Neste contexto, a integração na ASEAN não deve ser vista como um risco linguístico, mas como um fator de exigência. O inglês, enquanto língua de trabalho regional, não implica o abandono das línguas nacionais. Os Estados-membros da ASEAN preservaram e reforçaram as suas línguas como elementos centrais de identidade e soberania. Importa ainda sublinhar que o interesse pela língua portuguesa não se limita ao espaço da CPLP. Mesmo países da região da ASEAN, tradicionalmente afastados do universo lusófono, começam a reconhecer o seu valor estratégico.

É o caso da Indonésia, que manifestou recentemente a intenção de introduzir o ensino da língua portuguesa nas escolas públicas, no contexto do reforço das relações com o Brasil e com o espaço lusófono. Este dado é particularmente revelador: enquanto em Timor-Leste há quem questione o lugar da língua portuguesa no futuro, o maior país do Sudeste Asiático olha para essa língua como uma oportunidade educativa, cultural e diplomática.

Contrariamente a uma visão redutora, a língua portuguesa afirma-se como um ativo estratégico de crescente relevância internacional, inclusive na própria região asiática, onde cada vez mais universidades no Japão e na China integram o ensino do português nas suas estratégias de internacionalização.

SIGNING CEREMONY OF THE DECLARATION ON THE ADMISSION OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE INTO ASEAN

26 OCTOBER 2025

KUALA LUMPUR



© Anadolu

O verdadeiro debate não deve opor português e inglês, mas sim promover um modelo de multilinguismo estratégico. O tétum como língua de coesão nacional; o português como língua do Estado, da CPLP e da diplomacia; e o inglês como língua de integração regional e económica. Esta combinação pode constituir uma vantagem competitiva, desde que sustentada por políticas públicas consistentes.

Nesse quadro, a língua portuguesa pode assumir um papel diferenciador. Falada por mais de 260 milhões de pessoas em quatro continentes, é língua oficial de países com economias emergentes e presença relevante em organizações internacionais. Nenhum outro país da ASEAN dispõe desta característica.

Enquanto único Estado asiático da CPLP, Timor-Leste encontra-se numa posição singular para atuar como ponte entre dois espaços geopolíticos: a ASEAN e a comunidade lusófona. Essa condição pode favorecer a diplomacia inter-regional, a cooperação académica, o investimento e as parcerias empresariais. Para os jovens timorenses, o domínio da língua portuguesa pode abrir oportunidades na cooperação internacional, no turismo, na diplomacia económica, na tradução, no ensino e nas relações empresariais. Assim, a língua portuguesa deixa de ser apenas um símbolo

histórico e passa a assumir também uma dimensão económica. Contudo, para que esse potencial se concretize, é indispensável que o português seja efetivamente ensinado com qualidade e valorizado socialmente.

O maior risco para a língua portuguesa em Timor-Leste não é a ASEAN, mas a ausência de uma política linguística consistente. Sem investimento continuado na formação de professores, sem avaliação rigorosa do ensino e sem articulação entre educação e desenvolvimento, a língua portuguesa corre o risco de estagnar. A integração regional apenas torna essa urgência mais visível.

Se bem aproveitada, a entrada na ASEAN pode funcionar como catalisador de reformas no sistema educativo e no ensino superior. A língua portuguesa, longe de ser um obstáculo, pode afirmar-se como um ativo estratégico.

Timor-Leste não precisa abdicar da sua história e identidade para se integrar no futuro. Pelo contrário, é precisamente a sua singularidade linguística que pode reforçar a sua relevância no seio da ASEAN. Como recorda o linguista Louis-Jean Calvet, “as línguas não pertencem ao passado; pertencem ao futuro que as sociedades decidem construir”. A língua portuguesa não é, por isso, um peso do passado, mas uma possível chave para o desenvolvimento nacional.



Filipe Silva

Conselheiro das Comunidades Portuguesas em Timor-Leste

ARÁBIA FELIX

A Herança Portuguesa
no Sultanato de Omã

Viagem de autor





PASSAGENS

Laos e o Triângulo Dourado

As montanhas do Calaminhã

Visitei o Laos logo após a sua abertura ao mundo exterior, na década de 1990. Mas já antes, anos antes, olhara-o à distância.

Recuemos então uns bons anos e situemo-nos no norte da Tailândia, na denominada região do Triângulo Dourado. O cenário: a pequena cidade de Nong Khai, junto ao Mekong,

fervilhante de gente em movimento, como é apanágio de qualquer povoação do Sudeste asiático. Da outra banda, no Laos, um camião azul progride lentamente num trilho traçado na vegetação, levantando nuvens de poeira.

– Veja como vivem as pessoas nesse regime retrógrado. Nem sequer se avistam aldeias, apenas barracas – comenta um

indivíduo de trinta e poucos anos, sentado ao meu lado numa pequena tasca local.

Somdeth Savang (assim se chamava o homem) convida-me então a bebericar uma Singha fria e põe-se a falar. Após horas de uma conversa que se arrastou por essa tarde de «Inverno» subtropical, fiquei a conhecer um pouco mais a respeito do Laos, na altura ainda com as fronteiras estritamente encerradas a qualquer visitante estrangeiro. O homem que tinha pela frente fora um refugiado que, anos antes, arriscando a própria vida, atravessara o Mekong, emigrando posteriormente para os Estados Unidos. Desencantado com o sonho americano, que se esfumou em horas e horas de trabalho árduo a troco de escassos dólares, estava de regresso para se instalar definitivamente na Tailândia.

Somdeth Savang estava longe de imaginar que, uma década e meia após essa nossa conversa, o Laos abriria as suas fronteiras ao turismo e ao capital multinacional. Provavelmente, é hoje um dos vinte e quatro milhões de cidadãos siameses de origem laosiana a residir nas províncias de Chiang Rai, Ubon Ratchathani e Udon Thani, no norte, nordeste e leste da Tailândia, sendo este número doze vezes superior à totalidade da população do Laos.

– E essa gente manifestou desejo de voltar ao seu país natal, agora que a situação mudou?

A pergunta foi dirigida a um professor primário que encontrei em Nong Khai quando aí regresssei, em meados da década de 1990. – Nunca – respondeu ele. – Preferem, apesar de tudo, viver sob uma monarquia. Mesmo que ela seja tailandesa, por muito estranho que pareça. Este apego à monarquia só o compreende o próprio laosiano. Os avós dos adultos de

hoje ainda se recordam do tempo em que o Laos era governado por dois reis. Aquando da chegada dos franceses, em 1860, eram já três os soberanos. O mais prestigiado de todos reinava a partir de Luang Prabang, no norte; o mais rico ficara instalado no sul, em Champassak; e o mais modesto refugiara-se nas montanhas de Xieng-Khouang, no interior profundo.

Um pouco de história

Desde que há registos escritos, o Laos tem sido habitado por povos migratórios de estirpe thai-kadai (que inclui os mon, os shan, os siameses e os lao) e pelos hmong-mien, etnia que ainda hoje vive do sistema agrícola de corte e queima. Os primeiros lao meung (distritos), seriam consolidados no século XIII, na sequência da invasão do sudoeste da China pelas hordas mongóis de Kublai Khan.

Os laosianos e os tailandeses partilham imensos aspectos idênticos ou bastante semelhantes – a língua, as feições, os costumes –, a ponto de os anais chineses do século VII os considerarem “grandes povos irmãos”, numa época em que deambulavam ambos pelo sul da China. O império viria a confiná-los à região do Yunnan, onde acabaria por ser fundado o Nam Chao, “reino do rio”, antes de estes povos se estabelecerem em dois pequenos estados na Indochina.

Em meados do século XIV, Fa Ngum, um senhor da guerra apoiado pelos vizinhos khmer, estabeleceria o seu próprio reino – Lan Xang, “reino dos milhões de elefantes” – na sequência de uma coligação de diversos meungs reunidos em torno de Luang Prabang. Ficaria assim consolidado o espírito nacionalista da etnia lao, que os acontecimentos históricos dos séculos seguintes iriam pôr constantemente em causa.





Malgrado o reino ter prosperado ao longo dos séculos XIV e XV, acabou por sofrer as consequências da forte pressão imposta pelos reinos vizinhos e também devido às divisões internas que, entretanto se manifestavam. Lan Xang acabaria por se subdividir, no século XVII, em três pequenos reinos espalhados por Luang Prabang, Wieng Chan (hoje Vientiane, a capital) e Champasak.

Nos finais do século seguinte, todo o Laos ficaria sob a soberania tailandesa, mas também os vietnamitas exigiam que lhes fosse pago tributo. Incapaz ou sem vontade de servir dois senhores simultaneamente, o país optou por entrar em guerra com o Sião, em 1820. As consequências desta decisão seriam desastrosas: todo o território cairia sob o domínio tailandês.

Ao longo do século XIX os franceses, senhores coloniais da região, estavam demasiado ocupados a consolidar a Indochina, através da fusão dos reinos de Annam e de Tonquin. Por volta de 1893, franceses e siameses tinham estabelecido uma série de acordos que colocava todo o território do Laos sob a protecção francesa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, tropas japonesas ocu-

param a Indochina proporcionando o despontar de um movimento de resistência no Laos – o Lao Issara – cujo objectivo era evitar o restabelecimento do poder colonial francês uma vez terminada a guerra. O tratado franco-laosiano de 1953, garantiu a independência total do país, mas os conflitos persistiriam entre realistas, neutros e as facções comunistas. Em 1963 dar-se-ia início ao bombardeamento americano do trilho de Ho Chi Min, provocando a escalada do conflito entre os realistas apoiantes do governo em Vientiane e os simpatizantes do Partido Comunista.

Apesar da guerra travada em terra firme no Laos ter sido bastante menos sangrenta do que aquela desenrolada no Vietname e no Camboja, o bombardeamento no leste do país provocou imensas vítimas e contribuiu enormemente para a migração em massa das populações dessa área, um processo que se prolongou até ao cessar-fogo, acordado em 1973, tendo sido formado um governo de coligação. Porém, com a queda de Saigão, em 1975, ficou claro qual seria o vento político a soprar mais forte em toda aquela região. Em Dezembro de 1975 nasceria a República Popular Democrática do Laos.



O pioneirismo português

Mas séculos antes de o poder colonial francês se instalar, pelos recantos desse efabulado reino movimentaram-se aventureiros e missionários portugueses, entre os quais o nosso Fernão Mendes Pinto, que nas páginas da Peregrinação, obra-prima da literatura mundial, nos fornece relatos exaustivos do permanente estado de guerra civil em que vivia toda aquela região.

O dominicano Gaspar da Cruz, outro dos pioneiros portugueses nestas paragens, lembra no seu Tratado das Coisas da China e do Reino de Ormuz que, “ainda que comumente não haja guerras entre os Laos e os chinas”, o factor geográfico, “as grandes serras que há entre uns outros”, é motivo para que ambos tenham “gente de guarnição para defesa daquelas partes”, o que não evita porém que haja continuamente “assaltos de uma banda e outra, pelo que podiam os laos ter chinas cativos”.

Este seu parecer vinha a propósito de alguns chineses que integravam o exército rival birmanês terem sido feitos prisioneiros, facto que lhe fora relatado por Jorge de Melo, um dos inúmeros lançados presentes na Ásia, e a respeito dos

quais seria interessante fazer um estudo aprofundado.

As ameaças e agressões ao novo reino vieram de vários lados: dos vizinhos birmaneses – como recorda o frade dominicano, “antes que estes laos fossem subjugados pelos bramas, levaram a Sião e a Camboja e a Pegu algum almíscar muito bom e ouro de que se afirma haver muito em aquela terra” –, mas sobretudo dos tailandeses, cujos saques, incêndios e deportações originaram o seguinte ditado popular, que ainda hoje prevalece: “se vires uma serpente e um tailandês, mata primeiro o tailandês.”

Fernão Mendes Pinto, como já aqui se disse, chegou a integrar, com outros cento e vinte portugueses, “dos cento e trinta que então aí estávamos”, o contingente militar, “de quatrocentos mil homens”, ao serviço do rei do Sião que foi combater no norte o monarca rebelde de Chiang Mai.

Os episódios que nos relata nos vários capítulos dedicados a estas guerras traduzem bem a animosidade que sempre distanciou e dividiu pequenos reinos que se estendiam por uma vasta região integrada hoje em países como o Laos, a Birmânia, a Tailândia, o Camboja, o Vietname e o sul da China.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

| A R T E S E A R T I S T A S L U S O S

Christophe Fonseca

[Website oficial](#)

[Facebook](#)



Com uma carreira marcada por um olhar humanista, uma estética cuidada e uma curiosidade constante pelo mundo, Christophe Fonseca tornou-se uma das vozes mais singulares do cinema documental e da produção independente. Entre projetos que cruzam memória, identidade e transformação social, o seu trabalho destaca-se pela capacidade de aproximar o público das histórias que filma, sempre com sensibilidade e rigor. Nesta conversa, exploramos o seu percurso, a sua visão criativa e os desafios de produzir cinema no mundo contemporâneo.

O que o levou inicialmente ao cinema — houve um momento decisivo ou foi um caminho natural?

O meu percurso artístico começou muito cedo. Em criança, passei pelo conservatório de belas-artes e de música, bem como pela dança, pelo teatro e pela fotografia. Cresci dentro dessas linguagens e, com o tempo, percebi que o cinema tinha algo de único: era o lugar onde todas podiam coexistir. A imagem, o som, o corpo, o tempo e a emoção encontravam ali um território comum. Na adolescência, criei com amigos uma associação de cinema em Paris. Fazíamos filmes de ficção em película e revelávamo-los nós mesmos. Foi uma experiência apaixonante, com grande liberdade, e profundamente formadora. Pouco a pouco, deixou de ser apenas uma paixão: foi ganhando consistência até se tornar um verdadeiro projeto de vida. Durante algum tempo senti-me mais próximo da ficção e do trabalho com atores. Mas a descoberta do documentário, quase por acaso, foi um momento de viragem. Percebi que ali existia uma relação mais direta com o mundo e com o humano. Durante a minha formação universitária, trabalhei sempre em paralelo para ganhar experiência profissional. Quando estava a fazer uma campanha para a organização “Repórteres Sem Fronteiras”, descobri esse mundo e tive a oportunidade de trabalhar como repórter. Deixei tudo e parti de impulso. Isso permi-

tiu-me viver experiências muito intensas: dar várias voltas ao planeta, atravessar a Amazónia e desertos africanos, percorrer as grandes cidades do mundo, estar próximo de zonas de conflito, passar do contraste entre um jato privado e uma favela, das prisões aos grandes palácios, viver tragédias profundas e também momentos de felicidade onde menos se espera. Esses choques de realidade foram uma verdadeira escola de humildade e de compreensão do ser humano, uma experiência de vida acelerada que obriga a olhar o mundo com mais atenção e profundidade. Foi aí que compreendi que, para mim, o documentário não era apenas uma forma de cinema. Era uma forma de presença no mundo.

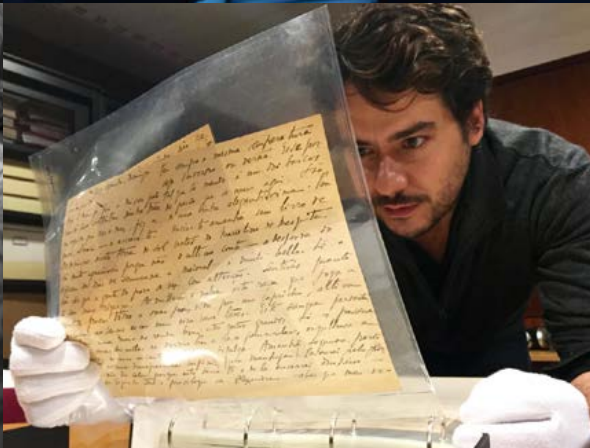
Como descreve a sua identidade enquanto realizador? Há temas ou preocupações que sente que atravessam toda a sua obra?

O meu primeiro documentário abordava a escravatura, e o meu primeiro filme de ficção colocava em destaque a condição da mulher.

Muito cedo senti que o cinema podia ser uma ferramenta de consciência. Abriu-me definitivamente ao mundo e levou-me a atravessar territórios humanos muito distintos. Vejo cada filme como uma ponte: entre gerações, entre memórias, entre pessoas que raramente se cruzam. Ao longo do tempo, alguns temas regressaram naturalmente ao meu trabalho: a identidade,

a transformação, a memória e tudo aquilo que permanece no silêncio. Um dos eixos que se afirmou cedo foi a atenção às condições das mulheres, numa altura em que esse olhar ainda não estava no centro do debate. Realizei vários filmes sobre esse tema, acompanhando mulheres nos seus combates na sociedade: desde os primeiros passos em instituições que se abriam pela primeira vez à sua presença, enfrentando preconceitos muito fortes, como no caso das primeiras mulheres bombeiras de Paris, até um documentário distinguido pelo público da “France Télévisions” sobre mulheres cirurgiãs que desafiavam um sistema patriarcal num meio onde a sua presença não era esperada. Mas, mais do que “temas”,

interessam-me trajetórias humanas. Pessoas que atravessam barreiras invisíveis, que desafiam lugares pré-definidos e que deslocam o olhar do mundo, mesmo quando o mundo resiste. Acredito profundamente que muitos preconceitos nascem do desconhecimento. O documentário tem esse poder raro de mostrar o que não se via, tornar familiar o que era distante e, ao fazê-lo, abrir o pensamento. Procuo um cinema exigente, mas acessível, com vários níveis de leitura, capaz de tocar tanto quem domina um assunto como quem o descobre pela primeira vez. No fundo, tento fazer filmes humanos: filmes que esclareçam, mas que também toquem emocionalmente, sem excluir o espectador.



Quando inicia um novo projeto, o que vem primeiro: a história, a imagem ou a emoção que quer transmitir?

Na maioria das vezes, tudo começa por uma intuição muito física. Pode ser um encontro, um rosto, uma injustiça que me inquieta, uma beleza que me interpela ou simplesmente uma pergunta que insiste em permanecer. Essa primeira faísca pode surgir tanto num documentário de investigação como num retrato humano ou num filme de arte. O que é comum a todos é a curiosidade profunda e a necessidade de partilhar algo que sinto que merece ser visto. Antes da história ou da imagem, há sempre uma emoção inicial, uma espécie de impulso interior que me diz: “aqui existe cinema, aqui existe sentido”. A partir daí, a construção começa. A história e a linguagem visual desenvolvem-se em diálogo permanente. A emoção abre o caminho, mas é o rigor da construção que permite que o filme respire e encontre a sua forma justa. No documentário, por mais preparação que exista, procuro manter uma grande disponibilidade para o inesperado. Muitas vezes, é precisamente quando o real contraria aquilo que tínhamos previsto que o filme ganha vida própria e se torna ainda mais verdadeiro.

Há algum filme ou realizador que tenha marcado profundamente a sua forma de trabalhar?

No campo do documentário, fui inspirado por vários cineastas; entre eles, Raymond Depardon marcou-me de forma especial, pela atenção ao real e pela proximidade humana, sem artifício nem julgamento. A minha formação fez-se sobretudo na prática. Tive a oportunidade de trabalhar com muitos realizadores, especialmente na ficção. Aprendi muito por convivência: observando, escutando e retendo de cada realizador aquilo que me parecia essencial. De certa forma, fui-me construindo como a soma dessas experiências e dos universos estéticos que atravessei. Essa fase deu-me ferramentas narrativas, sentido de ritmo e uma atenção muito precisa à *découpage*, que mais tarde transporte para o documentário. Com o tempo, assumi plenamente a minha natureza e formação pluridisciplinar. Nunca me senti confortável dentro de fronteiras rígidas. Para mim, a forma não é uma etiqueta; é um instrumento que deve servir o tema da forma mais justa. A chegada de câmaras mais leves foi também determinante. Permitiu-me desenvolver uma escrita mais móvel e imersiva. Em muitos filmes trabalhei sozinho, em total proximidade com o terreno, procurando tornar-me quase invisível. Essa discrição permite, muitas vezes, aproximar-se de uma verdade mais nua.



Pode descrever o seu processo criativo desde a ideia inicial até ao roteiro final?

Durante a minha fase de repórter, tudo começava por um desejo e por encontros humanos muito concretos: um pressentimento, uma urgência, a sensação de que ali havia algo a revelar. Seguiu-se um trabalho jornalístico rigoroso: investigar, cruzar fontes, compreender profundamente o contexto. Mas, quando chegava ao terreno, procurava libertar-me dessa camada teórica. Tentava filmar com abertura máxima, sem ideias demasiado rígidas, deixando que o real reorganizasse o filme. Muitas vezes, o documentário transformava-se a partir do que eu descobria no terreno, e não apenas daquilo que tinha previsto. E há ainda um segundo tempo essencial: a montagem, onde o filme encontra o seu ritmo, a sua respiração e, muitas vezes, o seu verdadeiro sentido. Na ficção e, sobretudo, nos documentários artísticos, o processo é diferente. A minha formação artística leva-me primeiro a uma aproximação sensorial. Gosto de entrar no atelier, observar os gestos e perceber a respiração do trabalho. Antes de ler muito, preciso de sentir a obra. Só depois entro na camada analítica: textos, críticas, arquivo, testemunhos. No meu filme sobre Amadeo de Souza-Cardoso, por exemplo, parti da obra e fui ligando lugares: a casa, o atelier, as paisagens portuguesas, até à recreação de Paris da época de Amadeo. Procurei que o filme respirasse o mesmo tempo interior do artista. O resultado nasce dessa ligação entre o génio de Amadeo, a sua biografia, a geografia e a sensação.

O que o fez realizar *Au-delà du silence*, e que mensagem espera que o público guarde?

Au-delà du silence (Para além do silêncio) é um filme muito especial para mim. É um projeto que sonho realizar desde a infância e que estive, de certa forma, na origem do meu desejo de cinema. Eu precisava de contar esta história.

É a história da imigração portuguesa: homens e mulheres que recusaram a fatalidade, fugiram da ditadura, da guerra e da miséria, atravessaram fronteiras a pé, muitas vezes arriscando a vida, movidos pela promessa de um futuro melhor. Muitos chegaram a bairros de lata em França, como o de Champigny-sur-Marne, nos arredores de Paris, que foi um dos maio-

res da Europa e uma plataforma central da imigração portuguesa, não só para França, mas para toda a Europa. Esta história é também pessoal: parte da minha família passou por esse lugar. Durante muito tempo, estas pessoas foram tratadas como “invisíveis”, apesar de uma coragem extraordinária, de grande abnegação e de uma solidariedade impressionante que ali nasceu. É uma epopeia feita de dramas, tensões e dificuldades, mas também de momentos de festa, de resistência e até de “milagres” humanos. Ao longo de décadas de pesquisa, reencontrei inúmeros percursos, alguns absolutamente inesperados. O que me parecia essencial era que esta história fosse contada por quem a viveu, com as suas próprias palavras. Muitos permaneceram em silêncio e vários nunca tinham contado tudo nem aos próprios filhos. São vozes que importa ouvir antes que se apaguem. Sinto essa urgência. Espero que o filme funcione como um dever de memória, mas também como uma ponte para o presente. Porque esta história ultrapassa o tempo e os grupos: é a história eterna de quem parte, de quem chega, da exclusão, da integração e do desejo de dignidade. Se “Para além do silêncio” ajudar a nossa sociedade a olhar de forma diferente para aqueles que hoje são julgados ou rejeitados, então terá cumprido algo essencial.

Pode-nos revelar alguns dos seus projetos para 2026?

O ano de 2026 será marcado pela estreia de *Au-delà du silence* nas salas de cinema. Sinto que é um momento particularmente aguardado pela comunidade portuguesa, mas espero que seja também um momento de abertura para todos. Desejo que o filme ajude a libertar memórias que permaneceram guardadas durante décadas. Sinto nas gerações mais jovens uma vontade real de compreender esse passado e de fazer perguntas. Espero que incentive filhos e netos a interrogarem os seus pais e avós antes que essas vozes se apaguem. Para mim, é essencial que cada família possa transmitir a sua história. Quando a memória circula, deixa de ser apenas passado e transforma-se em legado vivo.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Vivemos um tempo de incerteza e de retração. Em muitos lugares, sente-se um movimento de fecho,



medo do outro e perda de escuta. É precisamente nestes momentos que o papel dos artistas se torna essencial: reabrir o sensível, devolver complexidade ao mundo e lembrar a dimensão humana por trás do ruído. Gostaria sobretudo de deixar uma palavra especial aos mais jovens que hesitam em seguir este caminho. Quando olho para o meu percurso, vejo que os filmes que realizei ou produzi foram vistos por centenas de milhões de pessoas, em mais de 120 países, e apresentados em lugares de grande prestígio, como o Louvre, em Paris, ou o MoMA, em Nova Iorque. E, no entanto, nada disso era imaginável no início. Eu era uma criança tímida, filho de imigrantes que passaram por um bairro de lata, crescido em França, num contexto onde a sociedade

muitas vezes sugere que não se deve sonhar demasiado alto. Ainda assim, ousei sonhar, inspirado pelo exemplo da minha comunidade, que atravessou fronteiras arriscando a própria vida. Cada vez que uma porta se fechava, pensava neles para continuar. E, passo a passo, esse sonho ganhou forma. Por isso, a minha mensagem é simples: não deixem que vos diminuam. Quando uma porta se fecha, não é uma sentença, é um teste. Persistam. Trabalhem com verdade. Aprendam com humildade. Continuem a caminhar, mesmo quando o caminho parece improvável. Sonhem alto e sem pedir licença. Porque, mais vezes do que imaginamos, tudo começa exatamente aí: no momento em que alguém decide acreditar que é possível.

A M B I E N T E

Leiria e Coimbra

Entre ventos e tempestades

Noutros tempos eram apenas tempestades. Não eram menos intensas por isso. Nem menos destrutivas. Mas eram anónimas e, porventura, menos frequentes. Não se chamavam Kristin, nem Martinho, nem qualquer outro nome de gente. Chegavam do Atlântico, varriam telhados, faziam subir os rios e seguiam caminho para outras paragens, sem que deixassem o mais pequeno rasto digital, mas muita destruição. Todavia, essas grandes tempestades sem nome, eternizavam-se na memória do povo e nas marcas cravadas nas pedras e nas ombreiras das portas. Para a posteridade ficava: “a grande cheia do ano”, “aquele inverno rigoroso”, “a ventania que tudo levou”.

Hoje, as tempestades têm nome e, com elas, como noutros tempos, chega o vento forte e a chuva persistente. Com a Kristin, em Leiria, o impacto foi muito forte e traduziu-se em milhares de árvores derrubadas, estruturas profundamente danificadas, circulação condicionada e comunicações limitadas. Esta é apenas a face mais visível e imediata, porque os danos colaterais, esses, serão incalculáveis. Mais uma vez, a paisagem e as estruturas construídas pelo homem, revelaram a sua vulnerabilidade face a um clima cada vez mais instável

e imprevisível, no tempo e no espaço. Não há surpresa nisso. As tempestades atlânticas serão cada vez mais intensas. Quando chove, chove muito; quando o vento sopra, sopra com muita força. É um padrão cada vez mais real e uma das faces mais visíveis das alterações climáticas.

Dias depois, em Coimbra, foi a vez do Rio Mondego transbordar do seu leito, daí resultando campos agrícolas submersos, colheitas destruídas, acessos cortados e o alagamento das zonas mais baixas da cidade. Não é que Coimbra





não conheça este cenário. A memória das cheias faz parte da história da cidade. O problema não surpreende, mas não deixa de ser preocupante. Durante décadas, investiu-se na regularização do Mondego, em diques, em canais, no controlo hidráulico. Foi um esforço técnico relevante. Mas nenhuma infraestrutura consegue eliminar totalmente o risco quando a precipitação excede padrões históricos. E a acrescentar a isso, importa referir uma variável que raramente entra nas crónicas da meteorologia: o solo. Como sabemos, o solo ur-

bano é cada vez menos permeável. O betão e o asfalto aceleram o escoamento superficial. A água infiltra-se menos na terra e corre mais depressa, resultando num maior volume dos rios e numa maior pressão num curto espaço de tempo. Leiria e Coimbra são dois momentos do mesmo sistema. A primeira recebeu o impacto atmosférico imediato de uma tempestade; a segunda absorveu a consequência das cheias. Entre ambas, está, não só, mas também, a gestão territorial. A adaptação climática deixou de ser um conceito estratégi-



co para se tornar numa premente necessidade operacional de revisão dos planos diretores municipais, limitação da construção em zonas de risco, criação de áreas de retenção e recuperação de margens naturais dos rios, entre outras. Significa aceitar que o clima está em mudança e o rio precisa de espaço, do seu espaço. Sem dramatismos, mas com planeamento adequado e atempado.

As tempestades continuarão a atravessar o Atlântico. Com nome ou sem nome, a água continuará a cair. Os rios continuarão a galgar as suas margens no inverno. A diferença, em termos de resultados, residirá na capacidade de mini-

mizar os danos, de antecipar eventuais cenários destrutivos e de integrar conhecimento científico nas decisões locais. A tempestade Kristin foi um episódio marcante, com elevado grau de destruição num curto espaço de tempo. As cheias em Coimbra foram uma consequência da elevada precipitação que se fez sentir na região.

Perante estes cenários, a questão já não é se voltará a acontecer ou como se chama a tempestade, ou de quantos metros vai ser a cheia.

A questão é quando. E o que fazemos depois dela passar para prevenir e minimizar eventos futuros.



Vítor Afonso
Mestre em TIC



LUSO-CRIANÇA

“Educai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”

A frase que escolhi para título desta pequena reflexão é do filósofo Pitágoras e tem 24 séculos, sendo muito actual. Fomos recentemente, confrontados com dois casos de violência extrema contra dois cães. Um, no Brasil, que incendiou protestos de indignação nas ruas. Outro, em Portugal, incendiou as redes sociais. Quando assim é ficamos confrontados com o que pior existe em nós: sentimos raiva e uma vontade quase incontável de vingança. Todos esses sentimentos não valem

a pena e tiram o nosso foco daquilo que verdadeiramente importa: educar as crianças no sentido da empatia para com os animais. Em vários países desenvolvidos esse tema encontra-se incluído nas escolas em disciplinas de cidadania. Certa vez, li que se um médico do século XVI viesse ao mundo ficaria positivamente espantado com a evolução da medicina, ao contrário de um professor. Aos pais deixo a sugestão de levarem os filhos para a natureza. Não se tira excesso de Internet por decreto, mas pelo exemplo.



Madalena Pires de Lima
Escritora

| TRADIÇÕES LUSAS

Acompanhamentos, saladas e molhos

Parte II



Quanto ao molho vilão ...

molho dos pobres, de aldeia, dos ricos, dos avarentos ou dos vadios

tudo isto já lhe ouvir chamar, depressa se generalizou a todo o país. No Vale do Douro e Terra Quente Transmontana, para pratos de caça miúda e peixes de qualquer água, é “uma mistura aquecida em banho-maria de azeite, pouco vinagre de vinho branco, um colorido de colorau doce, alhos miudinhos, bastante cebola picada muito fina, salsa também picada, pimenta em grão ou moída, ervas aromáticas de época e sal”.

Embora o melhor molho para a “posta mirandesa”

seja o sumo que ela larga, no entanto, quando a carne é mais avelhentada, menos boa, ou não é bem de “posta”, também se faz esta boa mixórdia [molho da posta]: numa tigela sopeira, já com três a cinco colheres de sopa de azeite e uma de vinagre de vinho, bata, com um garfo, três dentes de alho em picadinho, uma colher cházeira de colorau doce e/ou picante e umas areias de sal.

Bem! O melhor é botar-lhe tamanho cacho de bitela assada no lhume, só com uma pitada de sal, como se fazia no tempo da Ti Gabrila.



Os durienses mais enricados, vinhateiros e rogadores para acompanhar saladas de erva na cobertura de diferentes cozidos, desde que as galegas começaram a espreitar aquelas cozinhas, costumavam fazer um molho bem à sua maneira - molho do Douro (...). Numa medida de azeite alouravam dois tomates limpos de sementes, ou nada grãos, uma cebola cortada às rodelas e dois dentes de alho laminados. A seguir, esmagavam tudo muito bem e levavam novamente a lume brando. A meio da fervura adicionavam meio copo de vinho fino e deixavam ferver mais uns cinco minutos. No fim, para o acerto comedido, o tempero era de sal e pimenta preta. E para os peixes de ir ao forno, principalmente nas casas ainda mais ricas, onde o pescado do mar já ia chegando com mais regularidade, podia ser feito um molho salsado — molho de salsa esmagada numa boa golfada de azeite, com alho picado e salsa esfarrapada de enfeite (...). Na Terra Quente Transmontana, mais para os assados de carnes de pequenos ruminantes, já esteve muito vulgarizado um molho de malaguetas picantes...

Leve as malaguetas ao forno — em ligeira assadura — e depois corte-as em pedacinhos, retirando-lhe as sementes. Faça delas uma pasta com dentes de alho esmagados, cebola picada, azeite, “carne” de tomate e sal de tempero, misturando bem.

E... em alguns locais do Douro Superior, mais para os

lados do Côa-Torto, para a untadura dos assados de aves de capoeira, foi usual um molho de amêndoas de cebolada... Faça um refogado de azeite e cebola picada, junte-lhe um pouco de farinha triga e um caneco de caldo de carne quente misturado com uma pasta de amêndoas leitosas esmagadas em azeite. Deixe ferver em lume brando enquanto vai mexendo. Tempere de sal, pimenta moída e raspas de noz-moscada.

Coisas doces azeitadas

Depois da popularização do uso e abuso do açúcar ... o primórdio “sal indiano” dos antigos gregos, o posterior “sal doce” dos cruzados e de seguida o “ouro branco” do capitalismo renascentista ... como adoçante de bebidas de salão [chá, café, cacau...] e da paixão freirática pela doçaria, pelo menos a partir do séc. XVI/XVII, criaram-se muitas e boas guloseimas, principalmente para dias de festa e celebração, mesmo nas casas menos abastadas (...). É variada, vasta e pitoresca, bem engenhosa e imaginativa, a doçaria de raízes populares que não prescinde do azeite, nem que seja com um chinchim dele na fritura.

São os incontáveis bolos melados com permissão azeitada

pudins de azeite e mel das terras durienses e beirãs, com ou sem vinho tratado, de faca ou de colher, ou os maltrapidos



com rebuço a canela, os vila-realenses cavacórios de S. Lázaro e as cavacas de romaria, matrafões e pelotos, económicos, outros romeiros azeitados, rosquilhas e garções macedenses, roscos mogadourenses e bôlas mirandesas, fritos de abóbora, milharaques e sonhos flavienses à moda antiga, bôlos e outros roscos de Páscoa, pãezinhos e santórios doces, o bolo podre de Lalim, biscoitos de amêndoa, o bolo de castanhas de Izeda, a fritura das orelhas-de-abade de Salzedas, filhoses de Natal e filhós levedados de Moncorvo, bôlazinhas de Freixo e rosinhas de Bruçó... os coscorões foz-coenses, biscoitos da sertã de Vila Flor ou - agora - parolinhos da vila

Simples de fazer! Batem-se muito bem quatro ovos com duzentos e cinquenta gramas de açúcar. Em seguida deita-se a raspa e o sumo de uma boa laranja, depois meia chávena de azeite e uma de leite, e no final um quilo de farinha triga com o fermento. Modelam-se à mão, um a um, e fritam-se em bastante azeite num recipiente fundo, de modo a que fiquem bem fritos, sempre a virar e em lume brando. Depois de fritos, colocam-se em papel absorvente e polvilham-se com açúcar e canela a gosto. Atenção: a massa não pode ficar nem muito dura nem muito mole – é o único segredo.

fritos bragançanos de castanhas com mel, bolos amarelos de Armamar, bolos da segada ou dormidos de Mogadouro, bolinhos de azeite mirandenses, filhós de jerimú à moda de Lebução, rapazotes em ferradura [doce flaviense do

tempo das segadas], fintos, dormidos ou bôlos dos Passos, dos Santos [pequenos pães doces de romaria que, depois de secos, se consomem em fatias torradas] ou a fritura das rabanadas natalícias... Muitas vezes, o azeite – um chapiço dele – só serve mesmo para a untadura das latas de carrego, pedras e mesas de trabalho, tabuleiros de ir ao forno, formas e ferros de preparo à cozedura. É o caso dos sódos mirandeses, biscoitos de Donsomil, fálgaros da Tabosa, bexigas-biscoitos de São Lázaro, rebuçados da Régua, económicos ou mascotos de qualquer terra e dos canelões de Peredo dos Castelhanos.

Adoçar a boca era apenas para o depois da refeição também a qualquer hora nos dias de festa ou para levar à festa.

O “após a refeição” à base de frutas é coisa de há muito pouco tempo, pelo menos por aqui, ao contrário da doçaria que já anda nas mesas transmontano-durienses desde o séc. XVIII/XIX... [A fruta, agora de assento aos remates da maioria das refeições, era consumida ao ritmo do apetite e da natureza disponibilidade... – directamente da árvore ou no descanso caseiro, de cultivo ou de recollecção, conservada, em fresco ou aferventada em vinho...embora, no séc. XVIII, fosse mais consumida de entrada pela nobreza e afidalgados.] Se a doçaria for para durar, a melhor e a mais certa para o aguento é a bem azeitada, com amêndoas ou miolo delas, nozes não muito secas, mel e um cibo de aguardente. Os bolos de Escalhão – de farinha trigueira, ovos e açúcar, azeite e um bom

desconto de aguardente bagaceira, – como bolos longevos e romeiros, são disso um bom exemplo. Até as mãos de laboro têm de ser amaciadas em azeite. Acaba o termo de Escalhão, passa-se o rio em Barca d’Alva, e estes bolos baptizam-se de biscoitos de azeite; quando se abusa – salvo seja – da aguardente, as doceiras freixenistas esconjuram-nos de borra-chões ou desculpam-nos como biscoitos de aguardente.

Os biscoitos azeiteiros ou azeitados, biscoitos melados por todo o Douro Superior e Terra Quente Transmontana, além de biscoitos de romaria de verão, são também doçaria de Entrudo e Páscoa. Em Vila Nova de Foz Côa preferem designá-los por biscoitos de amêndoa e mel ... E têm esta fazedura: misture, pouco a pouco, a farinha triga com açúcar amarelo, alguma água, um areado de sal e uma quantidade razoável de azeite; amasse bem e deixe repousar; depois estenda a massa com o rolo besuntado de azeite e corte em rodelas de meia mão para armar o feitio dos biscoitos; frite-os em azeite quente, banhe-os com mel de florada e polvilhe-os de amêndoas moídas.

Quanto à compota de azeitonas

de algumas famílias durienses economicamente mais modestas que caldavam de açúcar qualquer tipo de fruto, é, para mim, um doce de registo popular e com o mesmo tipo de frutos usados na pasta dos segadores, daí, também, a denominação – em desuso – de pasta de azeitonas açucaradas. Garantiu-me, em tempos, o historiador Alfredo Saramago, ter uma confecção muito semelhante a umas azeitonas doces

do Mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos de Chaves. Talvez! O que é certo, também, é que outras famílias bragançanas as ajeitavam numa moenda azeitada com o mel de adoçante. Servia, neste caso, para barrar o pão, logo pela manhã (...). É de gosto fácil e confecção bastante simples. Basta passar pelo ralador marmeladeiro meio quilo de azeitonas pretas desca-roçadas ou de alcaparras verdes, em modo a dar para o grosseiro – a sentir o trincado dos frutos, – levar pouco menos de meio quilo de açúcar a ponto de espadana, misturar-lhe a moenda conseguida e mexer bem. De seguida, é só adicionar um ovo completo razoavelmente batido, raspa de limão e um fio de mel bem amarelado.

Mas, onde havia bom azeite e méis em fartança também se fazia este pudim azeitado ou pudim de azeite e mel.

Deite numa tigela todos os ingredientes necessários: ovos, açúcar, um golinho de azeite, mel de floreio cítrico ou de rosmaninho, raspa de limão e – dizem que lhe fica bem – um cheirinho de erva-cidreira; bata-os à mão, até tudo ficar bem ligado e o açúcar derreter completamente. Coloque o preparado da batedura numa forma previamente untada de azeite grosso e leve a cozer em forno medianamente aquecido. Deixe descansar na forma e desenforme de seguida para o prato de serviço. Atenção: ao bater os ingredientes, a tigela deve estar mergulhada num recipiente com água quente para ajudar à dissolução do açúcar; e o melhor azeite à mistura é um azeite novo ligeiramente amargo-picante, das primeiras prensadas. Na altura de servir, pode ainda ser regado ao de





leve com um fio de azeite. Experimentem casá-lo com a dita compota de azeitonas e umas cascas de laranja caramelizada!

Consta-se que noutros tempos ainda muito próximos

o bolo escuro - ou pão podre - era preparado com azeite velho a dar para o rançoso adoçado de açúcar, daí o ligeiro sabor apodrecido. Também se diz que o tal azeite era acrescentado de uma mistela de aguardente e malagueta picante, não só para disfarçar o sabor do azeite como objecto de brincadeira. Estórias à parte, o facto é que praticamente desapareceu do nosso receituário regional, excepto lá para os lados da Mêda e Trancoso. Assim... Depois de bater o açúcar amarelo com as gemas dos ovos, acrescenta o mel - qualquer mel serve, o azeite - o melhor, a casca ralada de uma laranja e lentamente a farinha peneirada, mexendo e remexendo até a massa começar a borbulhar. Entretanto, bata as claras dos ovos em castelo, que se adicionam à massa, e envolva tudo muito bem. Coloque numa forma untada em azeite e manteiga à mistura e leve a forno moderado.

Deve haver tantos papos doces com anjos há no céu!

Contudo, os mais conhecidos, regionalmente, são os papos de anjos de Mirandela, que levam doce de chila ou doce de amêndoa, mas não conhecem o azeite, nem mesmo na untadura das formas. Quanto a esta receita, em que o relegado doce de azeitonas substituíu o de chila, trata-se de uma

pequena e boa extravagância de algumas pasteiras caseiras mirandenses e murcenses de outros tempos.

Leve o açúcar ao lume até ficar em ponto de espadana. A seguir adicione-lhe o doce de azeitonas e deixe ferver novamente até conseguir o mesmo ponto. Retire o doce, coloque-o a arrefecer ligeiramente e junte-lhe os ovos bem batidos e a canela de tempero. Distribua o preparado por pequenas formas, muito bem untadas de manteiga e com um toque de azeite; e leve a cozer em forno moderadamente quente. Desenforme e polvilhe com canela e açúcar em pó.

Estes devem ser bolos bicados por engano!

O facto é que se aproveitam os picados cimeiros, que ficam depois da cozedura, para no acto da prova serem regados de vinho tratado, licor de canela ou de qualquer outra licoragem. É mais um doce de romaria confeccionado por todo o Vale do Douro (...). Faça um amassado com meio quilo de massa finta, não muito azeite, uma colher sopeira de açúcar e um ovo batido. Amasse muito bem até despegar. Na pedra onde se costumam amassar os rebuçados de amendoados, depois de polvilhada com farinha fina, ajeite a massa conseguida, tenda em bolinhos espalmados e pique-os com um garfo para conseguir mais uns buracos.



Num tabuleiro, também enfarinhado, coloque os bolinhos salpicados de açúcar e canela empoada e leve-os ao forno.

A findar este passeio nutritivo...

à volta de algumas das tradições gastronómicas do Douro e Trás-os-Montes, na estimulante companhia da oliveira, azeite e azeitonas, deixo-vos à procura de outros e demais apetites. Pode ser com a partilha deste aproveitamento das sobras de laranja ou das laranjas mais ácidas — a laranja azeitada que já foi comer cigano, merenda de meio-dia com pão e azeitonas de cura, préstimo saladeiro e laranja dos ricos ou laranja dos fidalgos freixenistas para adornar assados de capão, cordeiro ou porco, e, mais recentemente,

o epílogo e a epifania azeiteira de muitos manjares de cortesia (...). Apreste-se, então, com umas laranjas — de Lagoaça, Mazouco ou de Barca d'Alva, de S. Mamede de Ribatua, Senhora da Ribeira ou de Santa Comba da Vilariça... — e corte-as em rodela adelgaçadas, deixando pequeníssimas tiras de casca. Retire-lhe o estorvo dos caroços, salpique com alho de picadinho, um nadinha de sal arioso e regue-as com azeite — azeite cedido a raia o verde picante.

Na minha Terra quando se referem a uma pessoa inteligente dizem: aquele parece que bebe azeite...
Que gente sábia!



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Liberdade de ser, sentir e expressar



Saúde e Liberdade são direitos fundamentais e pilares da Democracia. Sem Liberdade não há Saúde. Relembremos que a Saúde, é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado de completo bem-estar físico, mental e so-

cial, e não apenas a ausência de doença.

Assim, com este compromisso, celebremos a Liberdade que nos permite ser quem ousamos ser, sentir e expressar-nos como cidadãos com plena dignidade, com equilíbrio emo-



cional, psicológico e cognitivo, com responsabilidade individual e coletiva, sem restrições, sem estigmas, sem condicionalismos sociais, culturais, políticos ou religiosos, consagrando concomitantemente o nosso direito à Saúde e o dever de a cuidar e proteger, vivendo em harmonia com o ambiente.

É com paixão que devemos defender os nossos direitos, a liberdade de sentir e expressar os nossos pensamentos, as nossas emoções e sentimentos, a liberdade de ousar e desafiar, a liberdade de sonhar, a liberdade de criar, a liberdade de inovar, a liberdade de protestar, a liberdade de sentir a dor e o medo,

a liberdade de chorar, a liberdade de nos libertarmos das amarras tocando o invisível, a liberdade de assumir a tristeza e os lutos, a liberdade de fazer transparecer a nossa essência, as nossas ligações, as nossas vivências, promovendo a nossa Saúde e qualidade de vida, enfim Viver !



Eduarda Oliveira
Médica Pneumologista



FUNDAÇÃO AEP

Portugal Global

A diáspora como alavanca estratégica

Portugal é, por natureza e por história, um país de saída. Desde as caravelas do século XV até às vagas de emigração do século XX, os portugueses construíram uma teia humana que cobre todos os continentes. Esta realidade, frequentemente encarada como sinal de

fragilidade estrutural, encerra, na verdade, um potencial extraordinário: o de transformar Portugal num país de escala global, desproporcionada à sua dimensão territorial. A primeira condição para tornar Portugal mais global é mudar o olhar sobre a emigração: deixar de a ver como

uma fuga de talento e passar a reconhecê-la como investimento em capital humano distribuído pelo mundo. Países como Israel, a Irlanda ou a Índia souberam mobilizar as suas diásporas para atrair investimento, abrir mercados e posicionar as suas marcas nacionais em cenários internacionais. Portugal tem todas as condições para seguir este caminho.

As comunidades portuguesas no Brasil, nos Estados Unidos, em França, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Suíça, em Angola ou em Moçambique são pontes vivas entre Portugal e economias de grande dimensão. Falam a língua local, conhecem os costumes, têm redes de confiança estabelecidas — ativos que nenhuma campanha de marketing institucional consegue replicar. Podemos encarar cada emigrante como um embaixador informal, capaz de abrir portas a empresas portuguesas, de recomendar produtos, de atrair turistas e de promover a língua e a cultura. Uma estratégia de globalização apoiada na diáspora deve assentar em quatro eixos fundamentais.

O primeiro é o da conectividade institucional: criar plataformas digitais robustas que aproximem os emigrantes do Estado português — desde serviços consulares ágeis até mecanismos de participação cívica que não dependam da presença física.

O segundo eixo é o económico. Portugal deve repensar os incentivos fiscais e programas de mentoria que estimulem os emigrantes a investir no país — não apenas em imobiliário, mas em startups, em agricultura de valor acrescen-

tado, em turismo sustentável. Paralelamente, as empresas portuguesas que pretendam internacionalizar-se devem poder contar com redes de contacto nas comunidades da diáspora. O emigrante que conhece o mercado local vale mais do que qualquer consultora externa.

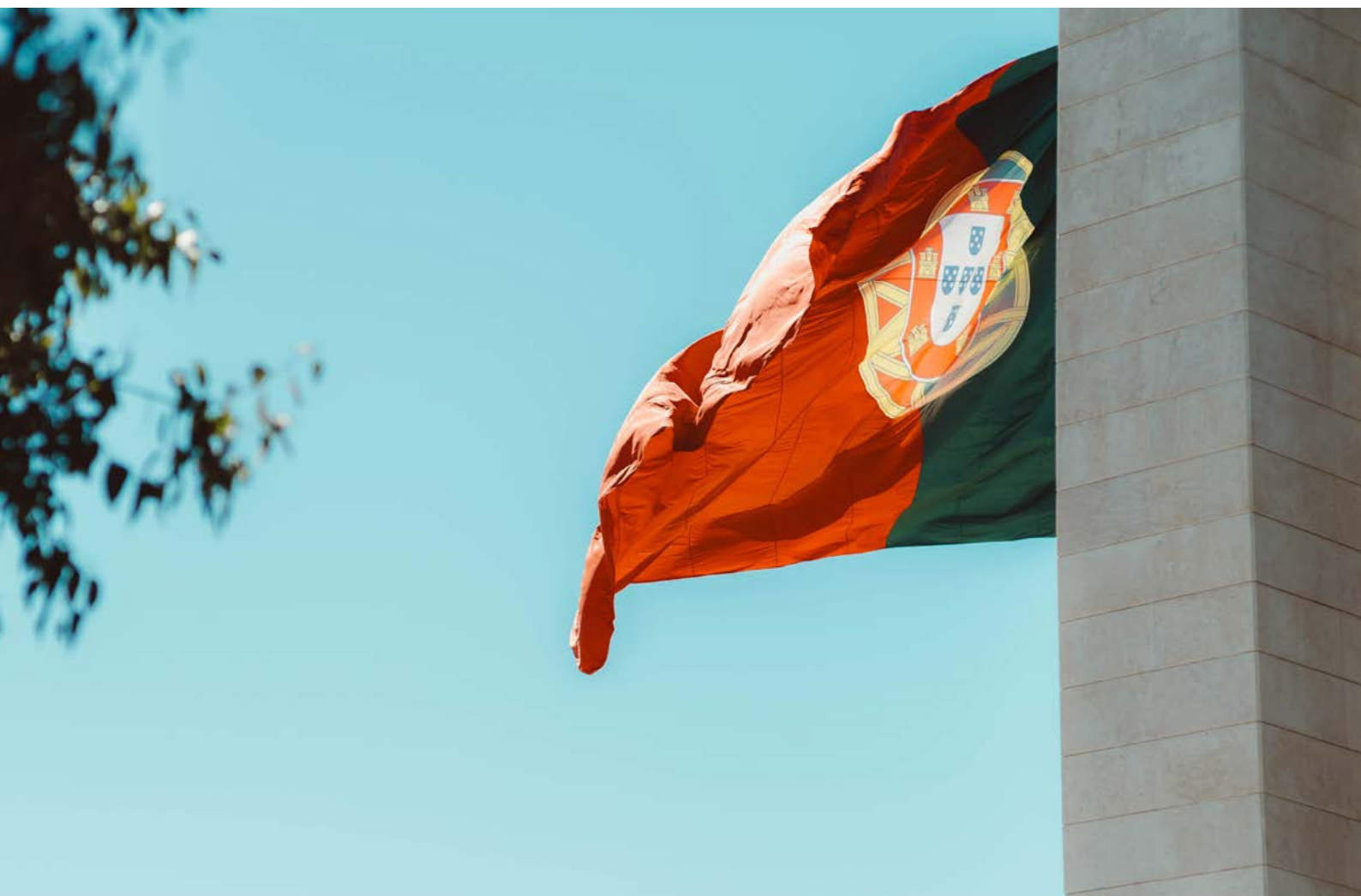
O terceiro eixo é o da língua e da cultura. O português é a quinta língua mais falada no mundo e uma das que mais cresce em número de falantes. Potenciar o ensino do português nas comunidades da diáspora — através das escolas portuguesas no estrangeiro, de plataformas digitais de aprendizagem e de parcerias com universidades locais — é simultaneamente um ato de coesão identitária e uma alavanca económica. Uma língua partilhada é um mercado partilhado.

O quarto eixo é o do conhecimento e da inovação. Muitos portugueses na diáspora ocupam posições de destaque em universidades, empresas tecnológicas, organismos internacionais e centros de investigação. Criar programas que facilitem o regresso temporário — residências científicas, cátedras visitantes, programas de empreendedorismo — e que estimulem a colaboração à distância com instituições portuguesas permitiria importar conhecimento sem exigir o regresso definitivo.

Para que esta estratégia seja eficaz, impõem-se algumas condições de base.

Em primeiro lugar, é necessária uma visão de longo prazo, transversal aos ciclos políticos, sustentada por uma instituição com capacidade real de coordenação entre os





ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Economia, da Educação e da Cultura. Em segundo lugar, a relação com a diáspora não pode ser unilateral: o Estado deve ouvir as comunidades, compreender as suas necessidades específicas consoante o país de acolhimento e criar mecanismos de diálogo genuíno.

Finalmente, é preciso combater a ambivalência histórica de Portugal face à emigração. Não se pode valorizar a diáspora no discurso e ignorá-la nas políticas. Cada português

que parte leva consigo um pedaço de Portugal; a questão é se Portugal tem a sabedoria de transformar essa dispersão em força centrípeta — uma rede que, em vez de dispersar a nação, a multiplica pelo mundo.

Tornar Portugal mais global não exige recursos que o país não possui. Exige, sobretudo, a coragem política de reconhecer que o maior ativo estratégico de Portugal não está dentro das suas fronteiras — está espalhado pelo mundo, à espera de ser convocado.



Paulo Dinis

Diretor Executivo da Fundação AEP



NÃO FIQUE FORA DA REDE

AILD.PT



GERAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Retratos da nova emigração

Rita Trabulo, de Lisboa para Bruxelas

A Rita tem 31 anos. Originária de Tavira, onde residiu até aos 17 anos, depois de viver 10 anos em Lisboa, deixou a capital em 2022, primeiro para Inglaterra e depois para a Bélgica, em busca de um emprego que lhe permitisse fazer investigação científica na área da Biologia, o que não aconteceu em Portugal.

A Rita exerce atualmente funções no Instituto de Ciências Naturais, no âmbito de um projeto europeu dedicado à criação e desenvolvimento de áreas marinhas protegidas na Europa, como ferramentas de conservação do ambiente. O seu trabalho consiste em acompanhar o estado das zo-

nas marinhas da Bélgica e identificar os impactos das atividades humanas nesses espaços. No Instituto, coordena um grupo de trabalho que analisa os desafios enfrentados pelos responsáveis pela gestão dessas áreas protegidas.

Apesar de desenvolver a sua atividade profissional no estrangeiro, reconhece, com alguma melancolia, que Portugal é um lugar que sente como seu, mas que, ao mesmo tempo, nem sempre oferece aos jovens as condições que considera justas e merecidas. Ainda assim, mantém a convicção de que será, sem dúvida, o país ao qual deseja regressar.





O que a levou a tomar a decisão de emigrar?

Após terminar o meu mestrado, em dezembro de 2021, procurei emprego durante cerca de sete meses, em Portugal e no estrangeiro. A oportunidade em Cambridge foi a primeira que surgiu que se alinhasse com a minha ambição em termos de carreira. Enquanto procurava emprego trabalhei em centros de vacinação para o COVID. Decidi emigrar pois foi-me muito difícil aceder à área da biologia, da investigação científica em Portugal. A maior parte das vagas a que me candidatava eram publicadas já com um candidato em mente e realizei inúmeras entrevistas “fictícias” o que me deixou frustrada e cansada. Percebi que, sem experiência e sem networking, seria muito difícil encontrar uma posição na área da biologia marinha / conservação da natureza. Acho que sempre soube que seria difícil, mas não imaginei que fosse assim tanto. Para além da escassez de oportunidades, o salário foi outro dos componentes que me levou a emigrar. Em Portugal, os salários na área da investigação ou da conservação da natureza são muito baixos para

alguém em posição de início, ou até a meio da carreira. Estas oportunidades concentram-se principalmente nas grandes cidades, onde o custo de vida é também mais elevado.

Teve apoio da família ou encontrou resistência?

Tive apoio da família, acho que sempre esperaram que eu emigrasse, tendo em conta a minha personalidade e interesses.

O que procurava no estrangeiro que sentia não existir em Portugal?

Penso que o que procurava no estrangeiro era, no fundo, o reconhecimento do meu esforço, do meu trabalho. A reação que encontrava em Portugal sempre que a minha formação em Medicina era discutida nas entrevistas era um misto de desconfiança, desdém e hesitação. Algo que no fim parecia puxar-me para baixo em vez de para cima, aos olhos dos recrutadores. Encontrei, no entanto, a postura oposta sempre que interagi com recrutadores estrangeiros (exemplo: no Reino Unido, na

Finlândia, na Bélgica) o que me deu alguma esperança de que as escolhas que tinha feito poderiam de facto levar-me a onde queria chegar. Acho que foi essa lufada de ar fresco que me atraiu e que me fez embarcar nesta aventura.

Quais eram as suas principais expectativas em relação à vida no país de acolhimento?

Quando cheguei a Inglaterra, esperava que tudo funcionasse na perfeição, que os transportes não fossem cancelados sem aviso, que os autocarros fossem abundantes e pontuais, que aceder a cuidados de saúde fosse rápido e eficaz. Acho que por vezes idealizamos a vida “lá fora” como solução para tudo o que está mal em Portugal. Vivemos na ilusão que o centro da Europa “só pode ser melhor” o que não se verifica. Tendo-me mudado depois para a Bélgica, consigo dizer que apesar de ser mais eficaz em muitas destas coisas e até em alguns assuntos burocráticos, os processos num instituto público como o em que trabalho atualmente são semelhantes ao que se assiste em Portugal, densamente burocráticos, com necessidade



de muitas assinaturas e autorizações, lentos e fundamentalmente resistentes à mudança. Quando emigrei uma grande expectativa que tinha e que me entusiasmava era o encontro com outros jovens emigrantes, a possibilidade de interagir com novas culturas, com novas formas de ver a vida. Ansiava por encontrar pessoas cujos valores e ideais se alinhassem com os meus e que imaginei que estivessem no estrangeiro, já que em Portugal não os encontrei tão facilmente.

Como foi a sua chegada? O que pensou nesse dia?

Quando cheguei a Cambridge era dezembro. Lembro-me de ficar hospedada na casa de um colega que estava fora. Lá fora anoitecia cedíssimo e estavam -6 graus. Nevava. Eu não tinha trazido botas e usava dois pares de meias de algodão na esperança de que protegessem minimamente os meus pés enfiados nos meus ténis velhos.

Senti-me pronta e muito mal preparada ao mesmo tempo, para o que aí vinha. Sentia-me orgulhosa de mim, por ter conseguido ter a coragem de dar este passo na direção que eu sentia ser a certa para mim, mas ao mesmo tempo, estava cheia de medo. Medo de não encontrar casa, de não fazer amigos, de não gostar do trabalho, essencialmente medo de desistir antes do tempo (que tempo era esse, não sei) e “fracassar”. Quando cheguei a Bruxelas, eu já sabia que conseguia emigrar, já sabia que conseguia mudar de país. Tinha aprendido o que fazer, como o fazer, quando o fazer para sobreviver e me tornar uma trabalhadora numa cidade nova. No entanto, quando cheguei, e entrei sozinha com as minhas malas na casa que iria partilhar com mais 3 raparigas, uma questão não me saía da cabeça: Porque é que estou a fazer isto a mim própria, outra vez? Lembro-me de passados uns dias me obrigar a escrever numa folha de papel (que ainda hoje guardo comigo)

o porquê de ali estar, em Bruxelas, a trabalhar.

Quais foram as maiores dificuldades de adaptação?

Diria que a maior dificuldade de adaptação foi sem dúvida a solidão. Os primeiros meses no estrangeiro foram difíceis. É uma mudança radical de tudo, emprego, vida social, clima, casa, cultura. O isolamento inicial acaba por estar muito assente no asoberbamento que nos inunda quando damos os primeiros passos no processo de emigração. Sentia uma enorme pressão para falar com pessoas, aceitar convites, fazer amigos, com medo de voltar à minha casa partilhada e estar sozinha novamente. Sempre me rodeei de pessoas e estar em grupo sempre foi a minha forma favorita de recarregar baterias e relaxar. Aprendi a estar sozinha e a quase gostar da sensação de ter tempo só meu, que me pertencia.

A burocracia não foi muito linear mas tive a sorte de ser cidadã da união europeia e isso facilita muito o processo de chegada quer ao Reino Unido, quer à Bélgica. Tinha colegas de fora da Europa que tiveram processos muito mais complexos e demorados. Relativamente à cultura, de facto é um fator que apesar de acharmos que não pesa, que somos cidadãos do mundo e que temos a plasticidade de nos adaptar a qualquer forma de viver, a verdade é que muda muito a espontaneidade das nossas interações sociais, quer privadas quer laborais. O discurso e a linguagem corporal, ainda que inconscientemente, começam a ser passados por um crivo consoante a forma de estar ou cultura da pessoa que temos à frente, o que por vezes se pode tornar cansativo. No entanto, é um desafio que aceitei de braços abertos, pois sempre foi da minha personalidade esta curiosidade relativamente às diferentes visões, formas de estar a costumes dos outros. Foi muito enriquecedor para mim aprender a navegar as idiossincrasias dessas interações.

Como conseguiu arranjar trabalho e casa?

A procura de trabalho, fi-la antes de me mudar para o país. Através de

pesquisas na internet, em sites específicos de empregos na área de ciências marinhas e também utilizando o LinkedIn. Para arranjar casa utilizei principalmente sites de aluguer de quartos, quer em Inglaterra quer na Bélgica. Em Inglaterra foi assim que encontrei um quarto, depois de vários meses a tentar encontrar quarto à distância, foi numa semana em Cambridge em que fiz múltiplas visitas que consegui encontrar algo dentro do meu orçamento e perto do escritório. Em Bruxelas, utilizei um grupo de WhatsApp de portugueses em Bruxelas, onde as pessoas vão partilhando quartos e apartamentos disponíveis e rapidamente encontrei uma solução.

Já enfrentou situações de preconceito ou discriminação?

No trabalho onde me encontro atualmente nunca encontrei preconceito ou discriminação por assim dizer mas noto que, sendo emigrante, várias vezes me é colocada a questão dos meus planos futuros. Perguntam-me se penso estabelecer-me no país onde estou, se me vejo a assinar a próxima renovação do contrato, por exemplo. Questões que percebo de onde vêm mas que não parecem ser colocadas a outros colegas locais.

Sente que é mais valorizada no estrangeiro do que em Portugal?

Sinto que sou mais valorizada no estrangeiro. Ao longo destes 3 anos continuei de tempos a tempos a candidatar-me a posições em Portugal. Para vagas com requisitos semelhantes, em Portugal não costumo ser chamada para entrevistas, na Europa Central sim.

Tem melhores condições de trabalho?

Trabalho num instituto de investigação público. Diria que aqui na Bélgica tenho sem dúvida melhores condições de trabalho (bom balanço trabalho-vida pessoal, 36 dias de férias, subsídio de férias e de Natal, cartão-refeição), o salário chega a ser três vezes mais alto do que em Portugal, para uma posição semelhante. A progressão na carreira é simplificada para os primeiros anos de trabalho, ou seja, à medida que a experiência aumenta, o salário é atualizado. No entanto, à semelhança de Portugal, ter um Doutoramento (que não tenho) faz diferença e é uma das barreiras à progressão na carreira a longo prazo.

Como é viver longe da sua família e dos amigos de infância?





Ao início foi mais fácil, a novidade, o desafio mantinham-me ocupada e entusiasmada. À medida que o tempo passa, para mim tornou-se mais difícil e não mais fácil, apesar de pessoalmente ter esperado que fosse o contrário. Mantenho contacto muito regular com a minha família e com os meus amigos e sinto que estão bastante presentes na minha vida, da forma possível. Sinto necessidade de regressar a Portugal frequentemente para fomentar essas relações e estar presente nos marcos mais importantes da jornada de cada um deles. Como uma amiga minha italiana diz, aprendemos a viver com uma pequena melancolia dentro de nós.

Se comparar a sua vida em Portugal e na Bélgica, quais são as maiores diferenças?

Algumas das maiores diferenças são o orçamento disponível, a facilidade de

acesso a outros países da Europa e o contacto com diferentes culturas.

Aqui consigo gerir melhor o meu orçamento, conseguindo poupar mais dinheiro do que em Portugal, ao mesmo tempo que me consigo dedicar a mais atividades para além do trabalho. Além disso, é uma enorme vantagem estar no “centro” da Europa com acesso a autocarros e comboios que me permitem viajar facilmente.

Por outro lado, pode ser uma vida mais solitária e com uma rede de apoio menor.

Que aspetos positivos encontra em Portugal e que acha que deviam ser mais valorizados?

Acho que o principal acaba por ser a sensação de segurança. Portugal é um país bastante seguro, algo que às vezes tomamos como garantido. O clima acaba por ser muito importante também,

já que em comparação com outros países da Europa é bastante mais ameno.

Volta regularmente a Portugal? O que sente quando regressa?

Costumo regressar a Portugal frequentemente, de 2 em 2 meses aproximadamente. É uma sensação agri-doce. Fico muito feliz de voltar, mas ao mesmo tempo um pouco ansiosa porque sei que é sempre temporário e requer uma adaptação à chegada e à partida.

O que significa “saudades” para si?

Saudade. A saudade para mim é um sentimento que se traduz na consciência de estarmos vivos. Vivemos logo sentimos saudade. Das pessoas, das rotinas, das coisas que aconteceram e das que não aconteceram também. Do quotidiano português, fazem-me mais falta o mar, sem sombra de dúvida. Não

sabia o quão conectado o mar estava com a minha identidade até deixar de fazer parte do meu dia-a-dia.

Pondera regressar de forma definitiva?

Sim pondero. Idealmente para regressar gostaria de encontrar uma oportunidade de trabalho que fosse estimulante, com um salário digno e localizada na zona onde vive a minha família. São três factores muito importantes, mas que sei que serão difíceis de alinhar, pelo que terei de decidir quais priorizar. Para já, acho que Portugal ainda não oferece condições para o meu regresso. Talvez num futuro próximo o investimento na área da conservação da natureza aumente, devido à pressão dos objetivos internacionais e europeus que têm vindo a ser estabelecidos.

Sente que mudou como pessoa depois de emigrar?

Sim, sem dúvida. Estar longe da família dos amigos, das rotinas que tinha levaram-me a reaprender a estar. O tempo livre que tinha quando vivia em Portugal, com a emigração, parece que se estendeu largamente. A ausência de es-

tímulos externos rotineiros levou a que aprendesse a estar sozinha, descobrisse interesses e hobbies para preencher os meus dias, procurasse ativamente encontrar pessoas com as quais os meus valores e ideais se alinhassem. Estes três anos serviram para me construir pessoalmente e procurar viver um pouco mais fiel àquilo que sou e que quero ser. Foi uma oportunidade de reinvenção que me trouxe muitas coisas boas. Acho que se tivesse ficado em Portugal teria demorado mais tempo a chegar onde estou agora. Sair da redoma foi muito bom. Aprendi muito sobre mim neste desafio que é a emigração e fico contente por tê-lo feito.

Que valores portugueses leva consigo no dia a dia?

O valor da importância da esfera relacional (amigos, família). Diria também o do “bem acolher”, da hospitalidade.

Sente-se mais portuguesa, mais europeia ou já com uma identidade “mista”?

Sempre me senti com uma identidade “mista” mas é interessante que, durante este tempo tempo que estive

emigrada, percebi que apesar dos meus esforços de me integrar em diversas culturas europeias e de gostar de o fazer, a cultura portuguesa acabava por estar enraizada dentro de mim e no fundo, trazia-me um consolo bom.

Vê uma nova “geração de emigrantes portugueses” diferente das anteriores? Vejo uma geração mais informada acerca das motivações e desafios da emigração e também com mais ferramentas para enfrentar essa jornada. O leque de oportunidades disponível é mais abrangente e mais adaptável a diferentes objetivos e realidades.

Acho que o panorama social e económico é diferente. Mas a razão que levou o meu avô a entrar num navio para emigrar para Angola aos 15 anos é fundamentalmente a mesma que me levou a emigrar. Procurar um futuro melhor.

Se tivesse de enviar uma mensagem aos jovens que vivem e trabalham em Portugal, qual seria?

Merecem uma vida de trabalho digna, uma chance de construírem a carreira que sonharam. O meu principal conselho é: vão, tentem, arrisquem. Decidir ir, não é decidir não voltar.



Lídia Marques
Diretora Cultural AILD

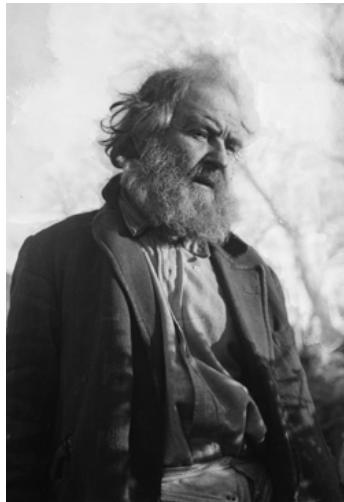


PELA LENTE DE

Henrique Manuel Botelho



Perfil Judaico [ant. 1935]
PT/AMLSB/HMB/000040
© Arquivo Municipal de Lisboa



Pai das éguas [ant. 1937]
PT/AMLSB/HMB/000043
© Arquivo Municipal de Lisboa



Magia Crepuscular [19--]
PT/AMLSB/HMB/000001
© Arquivo Municipal de Lisboa



Natureza morta [ant. 1938]
PT/AMLSB/HMB/000007
© Arquivo Municipal de Lisboa



Rosa [ant. 1952]
PT/AMLSB/HMB/000070
© Arquivo Municipal de Lisboa



Capucha do Barroso [ant. 1943]
PT/AMLSB/HMB/000044
© Arquivo Municipal de Lisboa

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



Laura Alves [ant. 1945]
PT/AMLSB/HMB/000048
© Arquivo Municipal de Lisboa



Vermelhinha [195-]
PT/AMLSB/HMB/000019
© Arquivo Municipal de Lisboa



Inverno [ant. 1945]
PT/AMLSB/HMB/000010
© Arquivo Municipal de Lisboa

Henrique Manuel Ferreira de Miranda Botelho nasceu em 20 de julho de 1909, em Vila Pouca de Aguiar.

A produção fotográfica de Henrique Manuel insere-se no período de 1930 a meados de 1950, quando passou a viver em Braga.

Entre 1940 e 1950, manteve uma loja de material fotográfico “O Bazar- Fotográfico do Parque”, que representava várias marcas tais como Leica, Zeiss-Icon, Agfa e Kodak, em Pedras Salgadas, num chalé, alugado para a época de verão, quando muitas pessoas frequentavam as termas. Mais tarde, supõe-se na década de sessenta, o espaço converteu-se numa loja de antiguidades. Sabe-se que o autor permaneceu nesse negócio, sobretudo com mapas, gravuras e livros raros, até ao fim de vida, tornando-se numa figura proeminente nesta área. Com esta atividade, tornou-se num pesquisador nato e apaixonado, passando a viajar com frequência pela Europa.

Henrique Manuel privilegiou o retrato de figuras femininas, realçando a sensualidade e a condição física modernista.

Os registos de aspetos da Natureza também estão contemplados nas suas fotografias com paisagens campestres, recantos rústicos, caminhos, estradas ou campos de árvores em perspectivas abertas, tendo privilegiado igualmente os grandes planos de flores.

Nas provas impressas, o autor usou com frequência o bromóleo e a coloração a óleo. Em 1937 apresentou 50 fotografias no Vidago-Palace, com um pequeno catálogo. Na época houve várias críticas, que ressaltaram a sensibilidade do fotógrafo amador, como a do Jornal de Notícias, a 28 de agosto de 1937, com uma vasta lista de pessoas ilustres, as quais compareceram à inauguração da exposição e a revista Ilustração – grande revista portuguesa, editada pela livraria Bertrand, em 16 de setembro de 1937 (n.º 282-12ºano), que



Inverno [ant. 1952]
PT/AMLSB/HMB/000011
© Arquivo Municipal de Lisboa



Inverno [ant. 1952]
PT/AMLSB/HMB/000012
© Arquivo Municipal de Lisboa



Malhada [ant. 1945]
PT/AMLSB/HMB/000015
© Arquivo Municipal de Lisboa



Retrato de Jane de Almeida Araújo [ant. 1945]
PT/AMLSB/HMB/000009
© Arquivo Municipal de Lisboa



Neve [19-]
PT/AMLSB/HMB/000029
© Arquivo Municipal de Lisboa



[Mesa com copos de vinho] [19-]
PT/AMLSB/HMB/000080
© Arquivo Municipal de Lisboa

intitula o autor como “inspirado poeta fotográfico”, entre outras publicações.

O fotógrafo participou no I Salão Internacional de Arte Fotográfica, Lisboa, (V Salão Nacional), organizado pelo Grémio Português de Fotografia (1937), publicitado na Foto-Revista de 15 de dezembro de 1937. Também expôs no ano seguinte no II Salão. Colaborou com a Foto-Revista, na qual apresentou uma capa com a fotografia em bromóleo, intitulada “Perfil Judai-co” em maio-junho de 1939.

O seu trabalho foi sempre bem recebido e sabe-se que há uma carta da Revue Moderne Illustrée, de Paris, datada de 8 de janeiro de 1938, a qual convida o fotógrafo a enviar informações biográficas e sobre o trabalho para completar um artigo sobre as suas fotografias, vistas pelo diretor desta publicação no I Salão Internacional de Lisboa.

Colaborou também na edição do Mundo Gráfico, em 30 de agosto de 1944 (ano IV, n.º 94) com uma fotografia de Laura Alves na capa.

Em 1952 expôs algumas fotografias no Casino de Pedras Salgadas, também acompanhadas por um pequeno catálogo. Do vasto trabalho podem referir-se as fotografias que fez do Picasso, num círculo de amigos, em França, em 1954 e de Rossellini, no mesmo ano, e Shriley Temple, provavelmente também na mesma década.

O fotógrafo era primo do comandante António José Martins, também fotógrafo, o qual teve evidente preponderância no seu registo fotográfico e acompanhou-o numa expedição à Gronelândia, no navio Gil Eanes, em 1938/39, havendo fotografias dessa viagem, na posse da família.

A Cinemateca tem à sua guarda o filme “Porto – Cidade Remota e Pitoresca” da autoria de Henrique Manuel Botelho.

O autor morreu em 3 de setembro de 1990, em Braga.

Paula Figueiredo



| VIAGEM LUSITANA

Na Escuridão do Desespero

floriu um Cravo Encarnado

Na Vida existem Acontecimentos que analisados da Perspetiva de Atos Isolados passam da Memória para o Esquecimento. Porém – contemplados no contexto de uma Histórica Sequência contam as mais singulares e fascinantes Histórias da Humanidade. No presente Caso ofereceram a Portugal Novo Rumo e ao Mundo a História da Revolução dos Cravos Encarnados.

Na Noite de 24 para 25 de Abril de 1974 Portugal viveu o Auge de uma Sequência de Atos de Coragem, Reconhecimento e Esperança. Cada Ato por si não dá origem a ver o seu Valor, mas descrevendo Pérola após Pérola cria-se uma rara Peça de “Histórica Joalharia” – um Colar que conta a Revolução dos Cravos Encarnados.

Em Munique no famoso Museu Antiga Pinacoteca existem dois Quadros que chamam a Atenção de quem pretende integrar o dia 25 de Abril na Esfera do Pensar “Destino, Coincidência ou Poesia da História do Mundo”: “A Virgem do Cravo” – de Leonardo da Vinci e “A Madona do Cravo” – de Albrecht Dürer. “Filho de uma Rosa de um Cravo nascido” – Palavras da Canção Natalícia “Olhei para o céu”. A Rosa é a Flor de Nossa Senhora. O Cravo é um Enigma mais silencioso. No entanto é o Símbolo de Sofrimento de Jesus Cristo. Sofreu a Cruz para ao Mundo dar a Luz da Salvação. Coincidência ou Divina Decisão? – Quis a Vida ou o Destino que fosse a Flor da Revolução? O Sofrimento da Ditadura, a Resistência, a Esperança de um melhor Amanhã e por fim a Fé ou Convicção dos Heróis que na Noite de 24 para 25 de Abril arriscaram suas Vidas para salvar Portugal da Ditadura – um Leque de Facetas reunidas no Cravo. Não esquecendo todos que lutaram e construíram o Caminho até à decisiva Noite. Os Militares desconheciam o Final da “Operação Fim-Regime” – mas Fé, Esperança, Coragem e Saudade não os deixaram recuar. Sabendo que o 25 de Abril ... possivelmente nem sempre seguiram o Pensamento até ao fim.

Como tudo começou? Difícil de analisar, porque a Ditadura conheceu muita Resistência. A 9 de Setembro de 1973, em Viana do Alentejo, Alcáçovas, reuniu-se um Grupo de 136 Oficiais. Foi no Monte do Sobral que nasceu o “Movimento dos Capitães”. Mais tarde batizado também com o Nome “Movimento das Forças Armadas” (MFA). Reunião Clandestina e de Alto Risco. Conspiração apresentada como Confraternização, que o Alentejo guardou como um valioso Tesouro da Liberdade. Liberdade – Palavra-Chave de quem lutou durante a Segunda Guerra Mundial. Na Coluna do célebre Capitão Salgueira Maia seguia também um Neto do Nobre Cônsul Aristides de Sousa Mendes. Quando a Coluna parou ao Sinal Vermelho, a Coragem, que outrora influenciou o Cônsul de Bordéus, decidiu pronunciar as seguintes Palavras, que fi-

caram para sempre na Memória: “... o jipe trava de repente e dou comigo parado num sinal vermelho do cruzamento da Cidade Universitária. Achei que era demais parar a Revolução ao sinal vermelho ...”(Capitão Fernando José Salgueiro Maia). Diplomacia e Militares – uma Frente, que a Ditadura não conseguiu vencer. Não foi fácil. Na Noite de São Silvestre 1961/62 o País conheceu o Golpe na Pax Júlia, Beja. Falhou. – Mas uma Tocha com as Palavras do Capitão João Varela Gomes se acendeu: “Que outros triunfem, onde nós fomos vencidos.” Tocha, que anos mais tarde, seguiu para as Caldas da Rainha: 16 de Março de 1974. Infelizmente – mais uma vez – não conheceu Vitória. “... perdeu-se uma batalha, mas não se perdeu a Guerra.” (Jornalista Eugénio Alves). O pequenino Cravo que veio de Tavira para Lisboa, e sem saber, escreveu História Lusitana, modestamente porque um Restaurante não abriu e a “Florista da Revolução” não estava em Poder de um Cigarro, que um Soldado solicitou. Ofereceu um Cravo, que transformou Espingardas em Cravos Encarnados e deu o seu Nome não à Guerra, mas sim à Revolução. Talvez com a Bênção de Cristo Rei, que “protegeu” a Artilharia de Vendas Novas: Junto ao Monumento Nacional contra a Fragata Gago Coutinho. A Artilharia defendia a Ordem de Proteção da Coluna Militar, que se encontrava no Terreiro do Paço. Uma Coluna entre duas Senhas Musicais, “E depois do Adeus” / “Grândola Vila Morena” e Corações por trás dos Estores: “(...) não subi o estore, espreitei pelos buracinhos para ver a avenida.” (Natércia Maia). Ansiedade e Esperança entrelaçadas por intermédio de Preces. No fim do dia Cravos a enfeitar Espingardas. Divina Flor que ficou como Símbolo do 25 de Abril e o Mundo “batizou” Portugal como País da Revolução dos Cravos. Uma Nova Era começou. Um Princípio que realçou a Saudade de construir novos Caminhos ou encontrar “Novos Mundos”.

Somente um pequeno cintilar de Destino, Coincidências e Poesia de História, que descreve como na Escuridão do Desespero de uma impiedosa Ditadura floriu um Cravo da Coragem, Fé e Esperança. Para sempre recordado na Memória da Humanidade.

Boa Viagem na Esfera dos Enigmas da História.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



FALAR PORTUGUÊS

Qual é a origem das línguas ibéricas?

Parte III

Uma história em cinco faixas

Para percebermos o que se passou, dividamos a tal faixa norte em cinco parcelas, mais ou menos iguais, que correspondem a cinco línguas.

Isto é uma simplificação. Nas fronteiras entre as parcelas, havia muita mistura – aliás, estamos perante um continuum dialectal, ou seja, um território onde não há fronteiras muito definidas entre línguas (excepto, neste caso, as fronteiras do basco).

Esta divisão em cinco parcelas ajuda-nos muito a perceber a origem – e a situação actual – das línguas ibéricas. A sua expansão foi na vertical: de norte para sul – embora a língua central tenha começado a engordar, atropelando as vizinhas.

Começemos a história pelo V, encostado ao Mediterrâneo, para terminar no I, encostado ao Atlântico.

Na faixa V, desenvolveu-se a língua que hoje conhecemos, em geral, como catalão. O catalão está muito próximo do occitano,

uma língua falada no sul de França[4]. Está também próximo do francês. Isto, no que toca ao léxico. Note-se, por exemplo, palavras como «parlar», «manjar»... Ou «por», muito mais próximo do «peur» francês do que do «miedo» castelhano.

O catalão foi a língua principal da corte dos soberanos da Coroa de Aragão. Barcelona era a principal cidade, embora a capital fosse dupla: Saragoça e Barcelona. As línguas da corte eram também duas: aragonês e catalão. No entanto, na verdade, o catalão era a língua de mais prestígio, língua de Barcelona, a principal cidade marítima do território, língua por excelência daquela Coroa e da sua expansão pelo Mediterrâneo. Ainda hoje temos vestígios dessa expansão: há uma terra na Sardenha onde o catalão ainda se ouve entre as gerações mais velhas. Note-se que, em Valência, o nome habitual que se dá à língua própria da região é «valenciano» — se o valenciano é uma língua própria ou um nome alternativo para o catalão é discussão que ocupa muitos valencianos. Os linguistas, em geral, consideram o valenciano como um glotónimo (nome de língua) do catalão.

Saltemos (por agora) por cima da faixa IV e avancemos para a faixa do meio, a III. Falamos do castelhano — esta língua acabou por ser a língua de uma importantíssima coroa. Ganhou prestígio. Expandiu-se para sul, a cavalo da coroa castelhana — e pelo mundo a cavalo da expansão marítima. Entretanto, começou também a ser chamada «espanhol». Desta forma, é uma língua com dois glotónimos: «castelhano» e «espanhol». Com estes dois nomes, é língua de muitos países e oficial em toda a Espanha.

Repare-se que o castelhano surgiu encostado ao basco. Ora, isto tem a sua importância. Há características muito castelhanas, que distinguem a língua das suas vizinhas, que talvez tenham vindo do basco. Um dos exemplos por vezes apontados é a pobreza vocálica: tanto o basco como o castelhano têm poucas vogais (apenas cinco),

enquanto as línguas vizinhas (o catalão e o português, por exemplo) têm muitas mais. Apetece dizer que o castelhano era o romance ibérico falado por gente habituada a ouvir e a falar basco.

O II e o IV são as duas faixas em que as línguas mais se perderam. Hoje, nenhuma delas é oficial, embora sejam reconhecidas como património cultural pelas Astúrias e por Aragão. Nestas faixas, a expansão para sul ficou cortada pela expansão do castelhano e do catalão. Hoje em dia, estão em perigo de desaparecer. A língua da faixa II, no entanto, é oficial... em Portugal! Sim, esta língua tem vários nomes e variedades. É o asturiano, mas também o leonês — ou o mirandês! O mirandês faz parte desta segunda faixa.

Chegamos, por fim, à faixa I. O galego — e o português... Tudo indica que a nossa língua começou nesse noroeste da Península, muito antes da criação de Portugal. Ninguém lhe daria nome, mas como estamos na Galécia, podemos falar de galécio — ou galego.

Quando chegamos ao século XII, a língua na rua era o tal galego, designado pelos seus falantes usando a palavra «linguagem» — era a linguagem da fala dos galegos e dos novíssimos portugueses. A língua dos documentos oficiais era, ainda, o latim. Note-se que, antes de se tornar oficial em Portugal, a língua foi usada, com muito proveito, para as produções artísticas da corte de vários reis. O rei castelhano Afonso X escreveu boa poesia na nossa língua!

Quando Afonso Henriques criou o reino de Portugal, a faixa I das línguas ibéricas, a mais ocidental, ficou dividida por uma fronteira política que veio a revelar-se uma das mais resistentes de todo o mundo. O Reino de Portugal expandiu-se de norte para sul e levou com ele a língua, que sofreu influências do moçárabe. Algumas gerações depois, a corte de D. Dinis transformou a tal linguagem trazida do Norte na língua oficial do reino. Em breve, começaria o processo de criação de uma norma escrita. Mas essa já é outra história...



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

| FISCAL

Tempestade Kristin

A recente tempestade voltou a expor uma fragilidade que já não é nova: Portugal não dispõe de mão de obra suficiente para responder, de forma célere e eficaz, às necessidades dos vários sectores da economia — e muito menos quando é confrontado com situações de catástrofe. Nestes momentos, percebe-se que a equipa de burocratas da Proteção Civil faz o que pode com os meios disponíveis, nem o SIRESP conseguem pôr a funcionar. Quem verdadeiramente assegura a resposta no terreno são as câmaras municipais, os militares, as associações humanitárias de bombeiros, os escuteiros e inúmeros cidadãos anónimos. São estes que limpam ruas, desobstruem caminhos, distribuem alimentos e apoiam populações. Ainda assim, raramente é-lhes dado o reconhecimento ou a valorização estrutural que merecem. Talvez seja tempo de repensar a coordenação e reforçar o papel destas entidades na liderança operacional da resposta a emergências. Perante a dimensão dos estragos, multiplicam-se os apelos às empresas portuguesas no estrangeiro, sobretudo da construção civil, para regressarem



temporariamente e ajudarem na recuperação. A solidariedade dos portugueses é conhecida e seguramente haverá disponibilidade. Mas será sempre uma solução pontual. O país não oferece, hoje, condições suficientemente competitivas para um regresso prolongado. Tomemos o exemplo de um trabalhador em França: regressar poderia significar uma redução significativa do rendimento disponível, fruto da diferença de enquadramento fiscal e contributivo, na ordem de 30%. A isto somam-se dificuldades práticas: acesso a creches, incerteza no funcionamento das escolas, casas caríssimas, pressão sobre os hospitais, tempos de resposta do INEM. Não basta boa vontade; é preciso previsibilidade e serviços públicos capazes. O problema não se limita à reconstrução.

ção. As grandes obras públicas previstas exigem recursos humanos que simplesmente não existem em número suficiente. E mesmo que existissem, teríamos condições para acolher, com dignidade, dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores e respetivas famílias? Faltam habitação acessível, infraestruturas, serviços públicos ágeis. Desde a pandemia, tratar de um assunto numa conservatória ou num serviço de finanças tornou-se, demasiadas vezes, um teste de paciência. Atrair mão de obra é essencial. Mas fazê-lo sem planeamento pode agravar os problemas existentes. Não basta abrir portas; é necessário saber para que funções, em que número, com que integração linguística e cultural. Caso contrário, arriscamo-nos a criar desequilíbrios, frustração social e maior pressão sobre serviços já saturados. Portugal não dispõe de recursos ilimitados. Por isso, o bom senso aconselha coordenação entre Governo, autarquias e empresas, definição clara de prioridades e criação prévia de condições de acolhimento. Reconstruir o país exige pessoas. Mas exige, sobretudo, organização.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt